

## ATA DA LVI REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CRH

Aos 06 (seis) dias do mês de dezembro de 2022, às 09h, no Auditório-Térreo - Salão de Eventos Foyer da Fiepe (Casa da Indústria), sito a Avenida Cruz Cabugá, nº 767, Santo Amaro, Recife/PE, presentes os conselheiros regularmente convocados e convidados devidamente registrados em Listas de Presença, deu-se início a LVI Reunião Ordinária do CRH e, **Sandra Ferraz (da CTALI-SERH/Seinfra)** deu boas-vindas a todos (as) presentes na reunião, observou a **complementação do quórum necessário**, destacou a importância de cumprirmos os horários estabelecidos na Pauta-CRH e comunicou que a reunião está sendo gravada, ensejo em que convidou para compor a Mesa dos Trabalhos: a professora **Simone Rosa (Secretária Executiva de Recursos Hídricos do Estado de Pernambuco e Secretária Executiva do CRH)**, a professora **Suzana Montenegro (Diretora-Presidente da Apac – Agência Pernambucana de Águas e Clima)** e o anfitrião da reunião, **Sr. Antônio Cláudio Sá Barreto Couto (Conselheiro-CRH, Representando a Fiepe, e que também é Vice-Presidente do SINDUSCON/PE)** – que é a pessoa que está nos recebendo, como instituição. Inclusive, ele já adiantou para nós que vai precisar se ausentar em breve, porque tem uma agenda mais tarde e irá participar só deste momento de Abertura aqui e depois ele tomará assento nas mesas. **Simone Rosa (Secretária Executiva do CRH)**: “Bom dia a todos e a todas! Iniciamos, então, a nossa última Reunião Ordinária do ano de 2022. Inicialmente, eu gostaria de justificar a ausência da Presidente do CRH, nossa Secretária **Fernandha Batista**. Como já é de conhecimento público ela está participando da Equipe de Transição do Governo Federal, e como está com a Agenda muito atribulada, precisou ir à Brasília hoje – que é uma Agenda muito dinâmica, então pediu que eu conduzisse esta reunião e desse aqui algumas palavras na Abertura do evento. Então, estou aqui desde já transmitindo os agradecimentos da Presidente do CRH, **Fernandha Batista**, e também os meus – em meu nome! Nós estamos aqui, hoje, fechando um ciclo, o nosso ciclo da Gestão 2019-2022, então logo a seguir, a gente vai fazer uma apresentação das principais ações que tivemos neste período – tivemos várias mudanças, digamos assim, como a inserção de ações do Saneamento Rural, então vou fazer algumas exposições, mas eu queria desde já agradecer, primeiramente à Fiepe, e eu vou já passar a palavra aqui para o representante da Fiepe. E queria agradecer a cada um dos conselheiros, que se empenharam, presenciaram, e realmente participaram! Eu posso dizer que, como Secretária Executiva do CRH, eu senti que a gente teve realmente esse engajamento, essa participação – nós tivemos reuniões com um alto índice de presença – todas as Reuniões Ordinárias e Extraordinárias. Fazendo aí uma breve retrospectiva, nós, como o mundo todo, fomos atropelados pela Pandemia em 2020, mas isso não impediu que a gente funcionasse e, talvez, com a inovação de termos as reuniões remotas – isso tenha até aumentado a participação de alguns conselheiros. Então, muito obrigada a todos os conselheiros e também a todos os membros das câmaras técnicas – nós temos 04 (quatro) câmaras técnicas – bastante atuantes! Especialmente aos coordenadores e secretários – porque a coordenação tem a responsabilidade, e a gente gasta aquela energia, mas o secretário também tem tanto trabalho quanto os coordenadores. Então eu queria nessas palavras iniciais fazer este agradecimento muito especial e a participação dos conselheiros e coordenadores de câmaras técnicas – não só os atuais, mas também os coordenadores que atuaram durante muito tempo, e aí eu nem gostaria de ficar citando os nomes, para não correr o risco de esquecer de nenhum. Mas quando eu vejo, bem aqui na minha frente, o professor **Ricardo Braga**, que atuou de uma forma tão dinâmica, conduzindo a Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais (CTALI), a gente não pode deixar de citar; a Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CTAS) – que é uma câmara também muito proativa, muito dinâmica, e que tivemos vários coordenadores, mas talvez o mais longo seja o professor **Waldir Duarte** – então o agradecimento também especial ao professor **Waldir Duarte, Assis Ferreira**, que também conduziu a CTAS! A CTALI, que todos os assuntos passam por ela – é de fato muito importante, como a Câmara Técnica de Outorga e Cobrança (CTOC) e também a Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos (CTPPP), que nesta Gestão teve um trabalho, digamos assim, dobrado ou triplicado, por conta da Atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH/PE). Então, a CTPPP atuou muito ativamente na análise dos produtos do PERH/PE! Então, foi um trabalho a muitas mãos, muitas reuniões, então isso merece também o nosso agradecimento especial – e já dando aqui um “spoiler”: teremos sim, o Lançamento do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH/PE) na próxima semana – o convite ainda não foi lançado, por isso não se preocupe quem ainda não recebeu o convite, mas já está agendado para o

47 dia 15 (quinze) de dezembro, pela manhã, às 09h30 (nove horas e trinta minutos) – em breve, vocês receberão o convite,  
48 que está sendo organizado em conjunto, com a Apac e a Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos (Seinfra). Após  
49 essas palavras iniciais, eu gostaria de passar o microfone para o nosso anfitrião, para proferir algumas palavras aqui para  
50 os conselheiros.” **Antônio Cláudio Barreto (da Fiepe)**: “Bom dia a todos! Inicialmente, venho cumprimentar **Simone** aqui,  
51 que está representando a Seinfra e o Governo do Estado neste ato! E parabenizar a Secretaria Executiva de Recursos  
52 Hídricos pela forma como ela vem conduzindo todos os trabalhos da parte dos recursos hídricos do Estado, através de sua  
53 secretária **Fernandha Batista**, como também dizer que esta casa aqui é a casa de todos – a Fiepe hoje é uma casa de  
54 todos! É a Federação da Indústria, onde agrega, onde a meta do Dr. **Ricardo Essinger** é fazer om que haja uma interação  
55 entre a sociedade, o setor produtivo e o setor político! Sem essa interação, vamos dizer assim, sem esse conceito de  
56 união, cada um defendendo aquilo que acha correto e a maioria sendo ouvida, e sempre dando seguimento àquilo que a  
57 maioria decide – que é o limiar de uma democracia, então eu acho que é por aí que a gente deve caminhar. Então, essa  
58 casa está sempre aberta a todas essas iniciativas e quero aqui registrar que, através **Fernandha** houve sempre um  
59 relacionamento mais estreito com o setor produtivo, com o setor científico, com toda a parte que envolve o Estado como  
60 um todo – eu acho que isso daí tem que servir de exemplo para a gente. E isso é o que nós temos que fazer com que  
61 aconteça nos próximos anos! Então, os gestores passam e o Estado continua, e o cidadão pernambucano continua! Então,  
62 a gente tem que focar em Programa de Estado, e não, em Programa de Governo, porque eu acho que isso é o  
63 fundamental! Que nós, que somos cidadãos, que somos formadores de opinião, devemos dar uma parcela do nosso tempo  
64 em relação a essas atividades, porque elas são importantíssimas! Então, quero agradecer a todos e dizer que a Fiepe está  
65 sempre à disposição de todos, muito obrigado!” **Simone Rosa (Secretária Executiva do CRH)**: “Muito obrigada, Sr.  
66 **Antônio Cláudio**, por suas palavras! E só complementando, talvez porque tenhamos duas professoras universitárias aqui  
67 na mesa, eu e **Suzana**, mas nós temos a participação de vários outros professores, que estávamos aqui no início nos  
68 confraternizando: o professor **Jaime Cabral**, a professora **Emília**, professor **Ricardo Braga**, professor **Waldir Duarte**  
69 também, o professor **Sérgio Torres** – ele aposentou-se, mas ainda é professor! E essa participação, ela fica! Inclusive,  
70 antes de 2019, antes de assumir a Secretaria Executiva de Recursos Hídricos (SERH), eu já participava do CRH, como  
71 membro, representando a UPE (Universidade de Pernambuco) e essa participação – não pensem que vocês vão se livrar  
72 de mim, porque voltando para a UPE, eu levo essa bagagem, essa sinergia, e essa presença dos representantes das  
73 universidades, dentro do CRH, ela será constante, permanente e vem só a somar! E agora eu passo a palavra para a  
74 Diretora-Presidente da Apac (DP-Apac), **Suzana Montenegro**, também, para uma saudação inicial.” **Suzana Montenegro**  
75 **(DP-Apac)**: “Bom dia a todos! Trago só uma breve saudação mesmo. Cumprimentar a **Simone Rosa** e **Fernandha**  
76 **Batista**, que não pôde estar presente! Cumprimentar e agradecer ao nosso anfitrião, que nos acolhe aqui, nessa última  
77 reunião do ano do CRH! Como todos sabem, a Apac não integra formalmente o CRH e nem suas câmaras técnicas,  
78 porque a Apac é o órgão executor da política. Mas a gente participa efetivamente das discussões nas câmaras técnicas –  
79 sempre que pode, trás os insumos para as discussões, para a melhoria dos instrumentos, dos normativos. Então, é com  
80 muita alegria que, também, a gente participa aqui dessa última reunião, e que representa também uma oportunidade de  
81 um Balanço de um Quadriênio, porque todos trabalharam muito – seja como representante do CRH, das câmaras técnicas,  
82 da própria Seinfra, da SERH e Apac. Queria fazer um registro especial aqui também – um agradecimento às pessoas que  
83 são incansáveis para que essas reuniões aconteçam e que tenham o quórum, para que a gente receba tudo com  
84 antecedência, que é a **Sandra Ferraz** e a **Gizélia** – sempre aí na nossa retaguarda e merecem o nosso reconhecimento!  
85 Bem, que tenhamos todos, uma excelente reunião!” **Simone Rosa (Secretária Executiva do CRH)**: “Bem, então  
86 prosseguindo, vamos fazer duas apresentações, vamos começar pela Apresentação das Ações da Secretaria Executiva de  
87 Recursos Hídricos (SERH): primeiro, ressaltar que essas ações que a gente vai apresentar, são as principais ações, e vai  
88 ser assim, uma rápida “pincelada” – só para dar um destaque nas atuações mais importantes que a gente considerou na  
89 Seinfra, dentro da SERH. Então, aqui alguns pontos principais que a gente vai passar, para dar essa “pincelada” geral –  
90 tanto na questão de ações técnicas, quanto de obras e estudos. Então, só destacando a atuação do nosso Conselho  
91 Estadual de Recursos Hídricos (CRH) – nessa Gestão 2109-2022: então, um dos pontos de destaque é que nós tivemos a  
92 Atualização do nosso Regimento Interno, que desde a criação do CRH a gente não tinha essa alteração. Então, a gente se  
93 debruçou sobre isso, criou um Grupo de Trabalho – o GT do Regimento Interno, e com isso a gente passou a ter 04  
94 (quatro) Reuniões Ordinárias – então o Regimento-CRH foi aprovado em 2021, então a partir de 2022 o nosso Calendário  
95 passou a ter 04 (quatro) Reuniões Ordinárias, e Extraordinárias, as que houverem necessidade – destacando aí, nós  
96 tivemos 16 (dezesseis) Reuniões Ordinárias durante essa Gestão, e se não me engano, foram 06 (seis) ou 08 (oito)  
97 Extraordinárias, e destacando também aí, o intenso trabalho das câmaras técnicas! Então, pelo número de reuniões é  
98 possível vocês verificarem como as câmaras foram tão atuantes – CTAS, CTALI, CTOC e CTPPP! Só destacando aí a

99 atuação do CRH e das câmaras técnicas, nessa Gestão 2019-2022. Outro assunto, bastante importante, é a questão de  
100 Segurança de Barragens: A Secretaria de Infraestrutura Hídrica, atualmente, ela é empreendedora de 30 (trinta) barragens  
101 – a Compesa, que é vinculada, com mais 100 (cem), em torno de 120 (cento e vinte) barragens. E aí eu vou destacar só  
102 alguns pontos que avançamos! Então, gente, sem dúvida e sem falsa modéstia, avançamos bastante no Estado de  
103 Pernambuco – não só na Seinfra, mas o Agente Fiscalizador – **Suzana** vai colocar depois, a Compesa e a Seinfra na Área  
104 de Segurança de Barragens, reconhecida pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)! Então, aqui no  
105 slide, alguns estudos que elaboramos: Planos de Segurança de Barragens (PSBs) – conseguimos construir 05 (cinco)  
106 Estudos de Barragens, que são fiscalizadas pela ANA: Barragens de Cajarana, Ingazeira, Inhumas e Ipanema-I e a  
107 Barragem de Serro Azul – uma barragem muito importante no Controle de Cheias da Mata Sul, que conseguimos contratar  
108 e finalizar o PSB de Serro Azul – hoje temos um Plano de Ação de Emergência (PAE) e temos então, tudo devidamente  
109 registrado, seguindo aí a Política Nacional de Segurança de Barragens. Ainda na Área de Segurança de Barragens, em  
110 relação aos Projetos de Recuperação, priorizamos as barragens que tinham necessidade de Projetos de Recuperação –  
111 tem outras na fila, mas conseguimos concluir o Projeto de Recuperação da Barragem de Ipanema-I – vou colocar aqui  
112 alguns slides, que foi uma barragem que entrou em Emergência em 2020 – tivemos que fazer uma obra emergencial! A  
113 Barragem de Inhumas, que também precisa de recuperação, que fica no município de Palmeirina, próxima à Garanhuns,  
114 que é utilizada para o abastecimento público, pela Compesa – já está com o seu Projeto de Recuperação concluído, e o  
115 Projeto da Barragem Nilo Coelho, que também entrou em Emergência, então, como eu falei, priorizamos as barragens  
116 para fazer os Projetos de Recuperação. Esta barragem fica lá no município de Terra Nova, inclusive, captamos recursos  
117 para executar a obra de Recuperação da Barragem Nilo Coelho, inclusive, lançamos o Processo Licitatório, que  
118 infelizmente o processo foi fracassado – não tivemos concorrentes, mas vamos rever o Orçamento para republicar. Estão  
119 em andamento, ainda não concluídos, o Projeto da Barragem de Jazigo, lá em Serra Talhada e da Barragem Poço Grande,  
120 no município de Serrita. Então, o nosso critério foi a avaliação da Classificação de Risco e de Dano Potencial Associado,  
121 para a gente priorizar a execução desses Projetos de Recuperação, que possivelmente sejam concluídos até o final de  
122 dezembro, no mais tardar, até janeiro. São estes os Projetos de Recuperação de Barragens que foram concluídos! Bem,  
123 terminando a parte de Segurança de Barragens – todos os anos nós fazemos os Relatórios de Inspeção de Segurança  
124 Regular (ISR): em 2019 foram 18 (dezoito); em 2020 foram 19 (dezenove); em 2021 foram 21 (vinte e um) e neste ano, já  
125 temos 25 (vinte e cinco) barragens que já tivemos vistorias e estamos finalizando os Relatórios de Inspeção de Segurança,  
126 para entregar até o dia 31 de dezembro ao nosso órgão fiscalizador, que é a Apac. Mudando um pouquinho do assunto,  
127 encerrando a parte de Segurança de Barragens, vou começar a falar um pouco dessa marca, que a nossa secretária  
128 **Fernandha Batista** trouxe para os recursos hídricos, nessa Gestão, que foi o Saneamento Rural, então vou falar um  
129 pouco do SISAR (Sistema Integrado de Saneamento Rural) também, mas nós tivemos uma ação bem específica, lá na  
130 secretaria, do Sistema Simplificado de Abastecimento de Água (SSAA) em Comunidades Rurais. Então, nós temos em  
131 desenvolvimento aí, em vários municípios com uma população atingida, aí prevista para quando a gente terminar as obras,  
132 de quase 15.000 (quinze mil) habitantes na Zona Rural – muito focado no Moxotó e no Pajeú, e com um investimento na  
133 ordem de quase R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais). Então, são Sistemas Simplificados, a partir de mananciais, que  
134 podem ser até uma adutora que passe próximo, pode ser uma barragem, pode ser um poço. Então, foi feito um estudo  
135 criterioso da Relação Custo-Benefício, para a gente poder escolher essas comunidades que seriam beneficiadas, nesse  
136 primeiro momento – isso a partir do cadastro que a gente tem hoje, de Comunidades Rurais – que eu vou colocar aqui na  
137 frente! Kits de Irrigação, muito rapidamente: era um Convênio que já vinha da gestão anterior – não foi uma iniciativa  
138 nossa, e a gente concluiu, fazendo a entrega dos kits e instalação para comunidades, associações, que estavam já  
139 devidamente cadastradas. Então, foram entregues aí 1.417 (mil, quatrocentos e dezessete) Kits de Irrigação, e depois  
140 tivemos outra Emenda aí, com mais 204 (duzentos e quatro) Kits para municípios específicos, que foram decorrentes de  
141 Emenda Parlamentar. Dessalinizadores, também é um programa bastante importante – só fazendo um parêntese, dando  
142 uma informação importante, que Segurança de Barragens e Dessalinizadores são dois pontos, dois temas, que são  
143 financiados com recursos do FEHIDRO (Fundo Estadual de Recursos Hídricos) – então, a importância da aplicação dos  
144 recursos do FEHIDRO! Então, nós temos aí cerca de 280 (duzentos e oitenta) dessalinizadores instalados em todo o  
145 Estado de Pernambuco, e a gente faz essa manutenção periódica e também fizemos uma Licitação, já concluída, para  
146 instalarmos 50 (cinquenta) novos dessalinizadores, inclusive, partes deles, com a tecnologia fotovoltaica, porque um dos  
147 grandes problemas que a gente tem é não ter energia no local, pois a Prefeitura é a responsável para colocar energia,  
148 então a gente investiu num modelo fotovoltaico – já temos 20 (vinte) instalados e os demais serão instalados em breve! E  
149 aí, falar um pouquinho do SISAR, porque se fala tanto em SISAR – essa Marca Registrada aí, de **Fernandha**, que estudou  
150 e fez o seu Doutorado em Saneamento Rural e trouxe, conseguiu essa sinergia e trouxe isso aqui, para a prática! O SISAR

151 é um Modelo de Gestão para que a gente traga à comunidade – para que a comunidade se aproprie de fazer a gestão do  
152 abastecimento naquela comunidade rural! Então, quando a gente envolve, quando a comunidade se apropria, dá certo! E  
153 aí a gente tem os exemplos do Ceará, da Bahia – **Fernandha** foi lá, estudar, ver como é que isso funcionava, para trazer  
154 isso aqui para Pernambuco, e tivemos aí o êxito! Então, a gente trabalhou inicialmente, definindo as estratégias na  
155 Plataforma, que é o cadastro – então a gente precisou fazer um cadastro das comunidades rurais – a gente tem uma  
156 Unidade de Gestão do Saneamento Rural (UGSR), implantada por Portaria e ela funciona com o apoio da Compesa, então  
157 a Unidade Gestora, articulação dos territórios com o SISAR, e aí a gente busca captar recursos para trazer projetos e  
158 implantar as obras nas comunidades, cumprindo o nosso objetivo! Então, como é que funciona? A Associação Comunitária  
159 opera o sistema, ela se apropria disso e o SISAR administra, faz a gestão comercial, contábil, administrativa, podendo dar  
160 uma manutenção mais especializada e, quando é simples, a própria Associação Comunitária faz. A Compesa apoia,  
161 disponibilizando Projetos-Padrão, monitorando os resultados, trabalhando na análise das amostras de qualidade de água –  
162 ela funciona como uma incubadora do SISAR. E os Governos estão focados na estratégia do programa, em captar  
163 recursos e executar os projetos e obras, para que a gente concretize. Hoje a gente tem 04 (quatro) sistemas: o SISAR-  
164 Moxotó, que foi o primeiro a ser implementado no Estado de Pernambuco – certamente vocês já ouviram falar sobre o  
165 SISAR-Moxotó! Depois, implementamos o SISAR-Alto Pajeú, o SISAR-São Francisco e o SISAR-Sertão Central e Araripe.  
166 Então, hoje temos, já implantados, esses 04 (quatro) sistemas, que beneficiam cerca de 115.000 (cento e quinze mil)  
167 habitantes, com uma ordem de grandeza de R\$ 74.000.000,00 (setenta e quatro milhões de reais) em obras de  
168 abastecimento para a população rural difusa. E só para fechar, já captamos recursos do Banco Mundial, do BIRD (Banco  
169 Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento). Então, foi aprovada na COFIE (Comissão de Financiamentos  
170 Externos) uma proposta, recentemente, agora em outubro, no total de US\$ 113.000.000,00 (cento e treze milhões de  
171 dólares), sendo US\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de dólares) dos recursos do BIRD e US\$ 23.000.000,00 (vinte e três  
172 milhões de dólares) de contrapartida do Governo do Estado. Então, realmente podemos dizer que emplacamos o tema do  
173 Saneamento Rural em Pernambuco e queremos deixar isto muito consolidado, para que seja dada continuidade na  
174 próxima Gestão do Governo. Bem, rapidamente, falando sobre o PERH/PE – eu já falei um pouco: nós conseguimos  
175 também concluir uma missão que foi feita muito em conjunto com a Apac, o Gestor do Contrato, o **Erik Cavalcanti**, é da  
176 Apac, foi um Contrato assinado pela SERH – essa proposta já vinha do Programa de Sustentabilidade Hídrica de  
177 Pernambuco (PSH/PE), estava um pouco travada. Em 2019 a gente conseguiu avançar, concluímos a Licitação, e mesmo  
178 sabendo que a gente não iria concluir o estudo a tempo, do término do PSH/PE, que finalizou em março de 2020. Após o  
179 término do programa, seguimos com o estudo com os recursos da Fonte 101 (cento e um), do Governo do Estado de  
180 Pernambuco, e tivemos êxito de concluir, então, a Atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH/PE). Então,  
181 hoje, inclusive, o PERH/PE foi aprovado aqui, na última Reunião Ordinária do CRH – vocês devem estar lembrados! Então,  
182 podemos dizer hoje, que cumprimos nossa “tarefa de casa” e temos o PERH/PE, temos uma Agenda de Recursos Hídricos  
183 pronta, a ser seguida – **Suzana**, certamente, logo mais, vai dar mais detalhes dos produtos do PERH/PE. Gente, já está  
184 disponível no site da Apac, todos os produtos do PERH/PE! Vou falar um pouquinho de outra atividade que agente faz e  
185 que, às vezes, ela não parece porque “parece que só aparece o que a gente gera produto” – quando a gente constrói uma  
186 obra, quando a gente faz um estudo – está aqui o PERH/PE! Mas uma coisa que deu muito trabalho, principalmente neste  
187 ano de 2022, que consumiu muita energia, foi a operação do Sistema de Controle de Cheias. Então, eu fiz questão de  
188 colocar aqui uns dois ou três slides: o Sistema de Controle de Cheias do Capibaribe, que foi também um trabalho a várias  
189 mãos – a gente tem o Protocolo – a Apac que faz um trabalho fundamental em todo o monitoramento das variáveis  
190 hidrológicas, e a Compesa, que também tem um trabalho fundamental na operação dos reservatórios – que abre e fecham  
191 as comportas – e isso, com as chuvas que tivemos nesse ano! No Capibaribe, nós temos 04 (quatro) barragens, que são  
192 do Sistema de Controle de Cheias e nós temos uma regra de operação, e é um processo extremamente dinâmico,  
193 principalmente quando a gente tem eventos críticos, como a gente teve nesse ano de 2022! Então, a gente precisa ter um  
194 monitoramento 24h/dia (vinte e quatro horas por dia), literalmente! Então, a Apac fica em plantão permanente, 24  
195 horas/dia: os meteorologistas, os hidrólogos, para que a gente possa tomar decisões em tempo real, e aí eu queria  
196 destacar aqui, a participação da Diretora da Apac, **Crystianne Rosal**, do Gerente **Clenio Torres**, evidentemente, além da  
197 Presidente da Apac, mas de toda a equipe – não temos ninguém aqui da Sala de Situação, nem da Meteorologia, mas que  
198 têm uma participação fundamental em todo esse processo – então, foi um processo conjunto! Aqui nesse slide, só para  
199 vocês entenderem as outras informações, a Apac sempre monitorando! A SERH: fizemos reuniões-conjuntas, tomamos as  
200 decisões, e quando as decisões estavam tomadas, solicitávamos à Compesa a operação! E um caso excepcional, no caso  
201 da Barragem de Carpina – que a gente tem uma determinada cota que atinge a PE-50, e isto aconteceu neste ano – não é  
202 uma coisa normal, é atípica, mas aconteceu, e precisamos então acionar o DER/PE (Departamento de Estradas de

203 Rodagem de Pernambuco) para interditar a PE-50 durante alguns dias! Então aqui, só para destacar, terminando já esta  
204 parte, nós tivemos aqui, entre 23 e 29 de maio: aqui, em Goitá tivemos um aumento de mais de 50% (cinquenta por cento)  
205 em seu volume armazenado; em Tapacurá o volume dela dobrou, e depois ela veio a verter! Então, nós tivemos eventos  
206 críticos – acho que **Sérgio Torres e Guilherme**, aí na Compesa, certamente acompanharam, porque a gente passou por  
207 algumas noites, praticamente em claro, porque o nível dos reservatórios, realmente, subiu muito rápido, e a gente ainda  
208 precisou “lutar”, digamos assim, contra as fake news, porque a população achava que quando a barragem vertesse, tinha o  
209 risco de romper! E a gente precisou ter todo um trabalho de comunicação para fazer o esclarecimento à sociedade! Vou  
210 falar rapidamente também, sobre outro assunto importante, que começou a partir de 2020, com o novo Marco Legal do  
211 Saneamento, que é a criação das Microrregiões de Água e Esgoto (MRAEs), que conseguimos implementar aqui em  
212 Pernambuco: a Lei Federal de 2020, mas no Estado de Pernambuco nos temos a Lei nº 455, de 2021, que ela criou duas  
213 Microrregiões de Água e Esgoto (MRAEs), para que se cumpram as metas previstas na política, no novo Marco Legal do  
214 Saneamento, foram criadas então, a MRAE do Sertão e a MRAE da RMR-Pajeú. Nós temos 24 (vinte e quatro) municípios  
215 na MRAE do Sertão e 165 (cento e sessenta e cinco) municípios na MRAE da RMR-Pajeú. Essas MRAEs foram instaladas  
216 em 2021. Então, são colegiados microrregionais e funcionam com: o representante do Estado, que é o Governador – que  
217 pode ser substituído pela Secretária **Fernandha** e representantes de cada município – que são os Prefeitos ou quem eles  
218 indicarem; um Secretário Geral é quem ocupar o cargo de Secretário Executivo de Recursos Hídricos, então eu atuei como  
219 Secretária Geral, de 2021 até 2022; temos um Comitê Técnico, que também foi implementado e um Conselho Participativo  
220 que ainda não foi implementado! O que aconteceu até agora, nas MRAEs? Nós tivemos uma Assembleia Conjunta das  
221 MRAEs, que foi a de Instalação, em 2021; depois, nós tivemos duas Assembleias para cada MRAE – qual foi o objetivo?  
222 Foi que a gente pudesse aprovar os Planos, os Termos Aditivos, para que a gente conseguisse que a Compesa pudesse  
223 nos encaminhar os seus estudos de viabilidade técnica e econômica – porque se isso não fosse cumprido até 31 de  
224 dezembro de 2021, aconteceria o que ocorreu em outros Estados do Brasil, e haveria então a privatização dos serviços de  
225 saneamento! Então, avançamos nesse tema também; e este ano tivemos também uma Assembleia em cada MRAE.  
226 Agora, só dois ou três slides, porque foi uma atividade que marcou bastante a nossa Gestão, que foi a Obra Emergencial  
227 Barragem de Ipanema-I: nós tivemos duas Emergências de Barragens em 2020 e isso aconteceu bem no início da  
228 Pandemia! Então, foi um grande desafio, foram momentos tensos, mas que hoje eu me considero uma privilegiada em ter  
229 passado por essa experiência, porque foi um momento de muito aprendizado! Então, nós Decretamos Estado de  
230 Emergência na Barragem Nilo Coelho, em Terra Nova, porque ela tinha o risco de ruptura se ela vertesse, e ela verteu e  
231 nós conseguimos fazer toda a mobilização, e Ipanema-I foi um pouco mais complicado porque a barragem verteu e fica na  
232 PE-300, e aí a rodovia também teve que ser interditada. Nós conseguimos muito rapidamente, porque o Rio Ipanema é um  
233 rio de domínio da União, portanto a Agência Fiscalizadora é a ANA. Então, nós tivemos, durante mais de dois meses  
234 vídeos-conferências semanais, para que a Agência Fiscalizadora acompanhasse o processo. Nós tivemos aí uma torre da  
235 CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) que caiu a alguns quilômetros à jusante no rio. Nós tínhamos  
236 pescadores à montante, enfim, foi realmente uma lição de vida, em termos de gestão de recursos hídricos – com os  
237 múltiplos usuários envolvidos, e nós conseguimos conseguir com êxito, captamos inclusive, recursos do Governo Federal e  
238 em 30 (trinta) dias nós fizemos uma Obra Emergencial e a barragem ficou fora de risco de ruptura! Então, realmente, foi  
239 uma experiência muito marcante! Nesse slide, algumas fotos, então houve o que a gente chama de ‘overtopping’, ou seja,  
240 a água passou por cima do coroamento e ela veio para a lateral e fez uma erosão ali – tanto, que a gente achava que era  
241 um ‘piping’, e depois, aí já é a foto da barragem recuperada – fizemos uma elevação do muro lateral; cobrimos aqui a  
242 erosão; recompomos a jusante; tratamos as fissuras, enfim, e fizemos o Projeto de Recuperação da Barragem também.  
243 Então assim, cumprimos a missão e só falta agora a obra! Na Barragem Serro Azul, o nome da barragem, na verdade, é  
244 Eduardo Campos, mas só chamamos de Serro Azul, onde tivemos duas ações importantes: a manutenção corretiva – a  
245 obra ainda estava na garantia da construtora, e apresentou algumas infiltrações na galeria – nada era muito grave, fizemos  
246 todo o monitoramento, e nós acionamos o Consórcio CMT/Triunfo, e foram feitos então os reparos – e foram muito bem  
247 feitos porque nós tivemos a oportunidade de, em julho, a cota se elevar – a cota mais alta que teve em seu histórico, e  
248 quase verteu, e aí a gente comprovou que, realmente, mesmo a água chegando naquele nível, estava tudo funcionando  
249 direitinho, pois os reparos tinham sido feitos a contento! Então, a gente conseguiu ter esta oportunidade de constatar. Teve  
250 também manutenções preventivas e corretivas dos equipamentos de hidromecânicos e aí, a Compesa, que está aqui  
251 representada, foi quem tomou a frente, já que futuramente esta barragem também vai ser utilizada para o abastecimento,  
252 através da adutora de Serro Azul, que se encontra em obras. Bom, já indo para os finalmente, nesse slide, algumas obras  
253 que concluímos dos Parques Urbanos. Cabe também destacar aqui, que os Parques Urbanos foram projetos da Apac, que  
254 elaborou os projetos dentro dos Planos Hidroambientais, então nesse caso, do Ipojuca. Eu fico muito feliz quando a gente

conclui uma obra, que a gente consegue concretizar, colocar em prática, efetivamente gestão de recursos hídricos, porque eu me lembro, quando em 2010, na época eu participava como consultora dos Planos Hidroambientais – como professora universitária e como consultora, e fizemos várias propostas – os Parques não foi proposta minha, evidentemente, foi proposta de outra autora, **Isabelle Meliê, Terezinha Uchôa**, e aí a gente consegue depois, voltar num outro papel, e construir a obra e concretizar. Então, para mim isso, realmente, é a prova de que a gente está fazendo gestão – a gente planeja, está lá no plano, e depois a gente passa para o outro lado e a gente constrói a obra, então cumprimos essa ação! Então, é uma prova da implementação de uma ação do Plano Hidroambiental. O primeiro parque concluído foi em Gravatá – um dos menores, de dois hectares; São Caetano foi logo em seguida concluído; concluímos agora, recentemente, Bezerros – e aí já estamos no processo de entrega; Belo Jardim está praticamente concluído também – em acabamentos finais; e Escada é o próximo a ser concluído; no de Caruaru houve uma paralização – a empresa abriu falência, entregou a obra e nós relicitamos e retomamos, a cerca de um mês, a obra de Caruaru – é o maior deles, que pega os dois lados do rio e tem seis hectares. Então, um conjunto aí de obras – aqui nesse slide, algumas fotos: de Gravatá, que está funcionando muito bem, inclusive a Prefeitura instalou uma Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no parque – isso dá uma vida; em São Caetano teve uma área de reflorestamento – também na beira do rio; aqui é o de Bezerros, que tem anfiteatros – têm locais então, para que a população olhe para o rio; o de Caruaru também tem uma escola bem vizinha; aqui, Belo Jardim; Escada; e Caruaru. E aqui nesses slides, só encerrando, colocar para vocês os principais Convênios, pois a gente tem vários outros, mas os focados aqui diretamente, que a gente conseguiu renovar junto ao Governo Federal: renovamos em 2019 o Convênio para retomar a obra da Barragem Panelas-II – licitamos por duas vezes e não tivemos sucesso na Licitação, precisamos rever o orçamento para reliciar novamente; a Barragem Gatos, também a mesma coisa, refizemos o Convênio – tivemos um número sem fim de cláusulas suspensivas, em termos de desapropriação, Licenças Ambientais, conseguimos cumprir, precisamos rever o orçamento e a Barragem de Gatos tem um outro problema porque, com a cheia de 2017, a ombreira esquerda sofreu algumas avarias, e aí precisou de uma readequação do projeto; e a Barragem Nilo Coelho – que já estamos com o projeto pronto, e aí nós vamos também rever o orçamento para reliciar a obra. Bem, com isso concluo minha explanação. Então, muito obrigada, agradeço a atenção de todos! Qualquer dúvida, estarei à disposição, e já passo a palavra aqui para Suzana (Diretora-Presidente da Apac) para fazer as apresentações dela.” **Suzana Montenegro (DP-Apac):** “Acho que, realmente, todas as ações que **Simone** citou aí, mostram o avanço da Gestão nesse Quadriênio 2019/2022. Eu vou mostrar agora o lado do agente que executa, que implementa os instrumentos e que tem todo um conjunto de atribuições definido por Lei. Na verdade, eu até coloquei atuação da Apac na Gestão dos Recursos Hídricos em Pernambuco, em 2022, mas na verdade a maior parte das ações, elas são continuadas. Eu já apresentei, inclusive, eu tive a oportunidade de apresentar aqui nesse Conselho, talvez com outros integrantes, mas com boa parte dos senhores e senhoras. Vou fazer algumas apresentações temáticas, como Segurança de Barragens, PISF, Plano Estadual, enfim – algumas apresentações mais aprofundadas, e de fato assim, em 15 (quinze) ou 20 (vinte) minutos não dá para gente apresentar tudo, com muito detalhe! Então, é uma apresentação muito rápida! Eu dividi essa apresentação para a gente não só avaliar ou ter conhecimento, acompanhar os avanços, mas também os desafios porque eles são permanentes – a gente não para, a gente avança, mas a gente também trás um conjunto de desafios, e as perspectivas, não é? Então, o que é que nós temos a partir dos avanços, do que nós reconhecemos como desafios, aonde nós não conseguimos avançar e quais as perspectivas para vencer esses desafios? Evidentemente que, toda essa trajetória do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos (SIGRH) é uma grande perspectiva para vencer todos os desafios, consolidação do CRH. Então, aqui nesse slide, a Atuação da Apac: que é definida por Lei – basicamente, é a implementação dos instrumentos da política, mas a gente também tem um papel no clima e tempo; os estudos estratégicos – na verdade, essa é uma missão da Apac, que a gente cumpre, realmente, digamos que com muito afinco, com muita dedicação, a maioria dos estudos a gente contrata, porque sabe que é com base no conhecimento que a gente consegue o aprimoramento dos instrumentos, das ferramentas para a gestão de recursos hídricos; também a gente se ocupa da Gestão Participativa – temos uma Gerência ligada ao fortalecimento, ao Apoio aos Organismos de Bacias (GAOB) – aos Conselhos de Usuários de Açudes e também aos Comitês de Bacias; a Revitalização de Bacias Hidrográficas, então está no contexto de gestão, a produção da água – não é só a água da chuva, mas como a gente também cuida da bacia hidrográfica para, de fato, ter a resposta hidrológica; as Capacitações do SIGRH – sem o conhecimento a gente não consegue fazer gestão – precisa capacitar os membros do sistema e isso também é uma atribuição da Apac; mais recentemente – na verdade, não tão recentemente, da Política de 2010, a Apac é o Órgão Fiscalizador de Segurança de Barragem no Estado de Pernambuco – como já foi citado por **Simone**; e desde do final de 2019, uma Lei Estadual atribuiu à Apac a missão de Operação do PISF (Projeto de Integração do São Francisco) com as bacias do Nordeste Setentrional. Eu trago aqui só, de fato, uma “pincelada” da nossa Formulação Estratégica p nós

307 atualizamos o Planejamento Estratégico da Apac, que é fundamental para a gente ter, de fato, uma direção que a gente  
308 quer seguir com: o Horizonte Temporal, a Missão, a Visão, o Papel dos Agentes, os Objetivos Organizacionais e os nossos  
309 Valores. Então, a gente já tinha um Planejamento Estratégico, foi atualizado para 2021-2025 com a participação efetiva da  
310 equipe da Apac e com outros agentes que interagem com a Apac, evidentemente, para que a Apac consiga cumprir a sua  
311 missão. Então, começando aqui, com os Avanços: na verdade a gente avançou em todas aquelas “bolinhas” do slide  
312 anterior, que representam a Missão da Apac, que foram atribuídas por Lei – está lá na Lei de Criação da Apac e nas outras  
313 Leis, que vieram à *posteriori*. Eu queria destacar, além de todos os instrumentos – na verdade, tem alguns que a gente,  
314 efetivamente, não avançou, mas destacar também um conjunto de ações, que eu julgo ser muito importante para nós da  
315 Apac, que é a questão da Comunicação e Articulação. Então, para tudo o que a gente faz a gente tem que ter um pilar – eu  
316 acho que um pilar no Conhecimento e um pilar na Comunicação e Articulação! E de fato, tem-se mostrado fundamental  
317 para a gente comunicar o que é feito, dentro da esfera do Governo, com a sociedade, com os usuários e de uma maneira  
318 geral, com a sociedade civil. E meu destaque para esses avanços, que a gente conseguiu em todas essas áreas,  
319 justamente, as palavras chaves são: parcerias, ciência e inovação. Sem o corpo técnico que nós temos na Apac, que inclui  
320 os concursados, os terceirizados, uma Seleção Simplificada que foi feita neste ano, com 06 (seis) pessoas, mais alguns  
321 cedidos, estagiários, nós não conseguiríamos cumprir efetivamente, essa missão. Então, a gente só avança porque a  
322 gente tem a base, vai buscar as parcerias, e tem a base da ciência e da inovação, com insumos efetivos para todo o rol de  
323 atribuições que nós temos. E, só lembrando, esse conjunto de atribuições é um grande desafio interdisciplinar no corpo da  
324 Apac, nas parcerias que nós buscamos, nós temos várias áreas do conhecimento! Ai nesse slide, um painel, que eu gosto  
325 de mostrar no final das apresentações, mas como eu estou falando dos avanços e das parcerias, este é o painel que  
326 representa o conjunto das nossas principais parcerias – de dentro do Estado, de outras secretarias, a exemplo da Semas  
327 (Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco), da Secti (Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação  
328 do Estado de Pernambuco), e de outros órgãos: Defesa Civil, Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco (CBHSF) – a  
329 gente tem assento no Comitê e efetivamente participa das discussões, do foco, dos objetivos do Comitê, mas também  
330 recebe de volta – vou mostrar aqui uma das ações conjuntas, o conjunto de universidades porque a gente tem parceria e  
331 não poderia deixar de citar, claro, a minha (UFPE), mas também a UPE, UFAL, UFCG, UFRPE, o MDR (Ministério do  
332 Desenvolvimento Regional), o Mestrado Profissional em Gestão e Regulação em Recursos Hídricos (ProfÁgua) – que é um  
333 Mestrado em Rede Nacional, tem 14 (quatorze) instituições em todo o país e é nossa parceira nas Capacitações, enfim.  
334 Não dá nem para citar tudo, a nossa Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia (Facepe), o Inmet, a Funceme  
335 (Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos), outros órgãos de Meteorologia do Nordeste do país, o  
336 Cemaden (Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais), a Compesa, enfim. E aqui, nesse slide, é  
337 um painel que também mostra – como não dá tempo de aprofundar tudo, eu faço questão de mostrar só com alguma  
338 comunicação visual e poucas palavras, onde é que a gente teve os principais avanços para o aprimoramento das  
339 ferramentas e das ações: Modelos Hidrológicos e Hidrodinâmicos, Atmosféricos, Ferramentas de Geotecnologias, enfim –  
340 ferramentas diversas que suprem a carência, ou pelo menos, ajudam a suprir a carência de recursos humanos que nós  
341 temos. Então, está aqui o conjunto – hoje nós usamos: drones nas Ações de Fiscalização ou de Segurança de Barragens,  
342 nas ações do PISF; softwares e aplicativos; sensoriamento remoto – ferramentas diversas, que na verdade permeiam  
343 várias das nossas ações, desde a Meteorologia, Previsão do Tempo, Segurança de Barragens, Monitoramento. E, lá no  
344 início dos Avanços, eu destaquei em vermelho o Sistema de Informação de Recursos Hídricos (SIRH) – daqui a pouco eu  
345 vou mostrar porque ele está de vermelho, mas só para criar um “suspensezinho” também, porque essa é uma novidade  
346 que a gente trás aqui, para essa reunião de hoje! E o que é que a gente conta aí, nesse conjunto de parcerias? O nosso  
347 financiamento é do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), tem o funcionamento da máquina que é da Fonte de  
348 Recursos do Estado e temos também os programas, em parceria com a ANA – e aí eu destaco 03 (três) deles, um deles,  
349 na verdade o Conselho tem o conhecimento de todos os 03 (três) programas porque aprova, analisa o cumprimento das  
350 metas, e eu destaco aqui o Progestão, que é um Pacto Nacional para a Consolidação da Gestão das Águas, e nós fomos  
351 certificados aí, no período 4, no Ciclo-II do Progestão de 2021 – a Certificação saiu este ano, nós fomos certificados aqui, o  
352 Estado de Pernambuco, com o cumprimento de 100% (cem por cento) das metas – eu acho que é um grande orgulho para  
353 o Estado – e isso a gente deve, claro, a todas essas parcerias – não só à equipe da Apac! Eu não vou detalhar, inclusive,  
354 uma das metas é exaustiva, mas ao mesmo tempo é uma grande oportunidade, não só de interagir com outros entes do  
355 Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (SNGRH), mas também são trocas de experiência, trocas de  
356 boas práticas de gestão! E a gente tem um cumprimento, uma série de metas que são avaliadas – uma delas, inclusive, é  
357 a apresentação na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), que nós cumprimos na semana passada  
358 ou há duas semanas. E toda a Equipe da Apac recebe um reconhecimento – um Certificado que a gente faz, porque eles



são partícipes deste avanço, avanço do Estado de Pernambuco, mas que de fato, a gente só consegue por conta das parcerias. Queria aqui destacar o papel de **Patrícia Veras**, que sempre toma conta, cuida de todos os detalhes, para que a gente tenha o acompanhamento das metas e envie todos os documentos para a Certificação! Os Planos Hidroambientais: isso daqui também já tem passado aqui no CRH e todos os Conselheiros e os membros das câmaras técnicas são convidados quando a gente tem alguma Oficina! Aqui nesse slide, o panorama: hoje nós temos em execução, o Plano do Goiana – já em fase de finalização, no início de 2023; em execução, o Plano Hidroambiental da Metropolitana Norte; o da Metropolitana Sul está em Licitação; o do Sirinhaém está em Planejamento; e os que estão concluídos aí – que não está ilustrado aqui o do Pajeú porque a gente ainda está fazendo uma adaptação. E aí, como **Simone** já anunciou, o Lançamento do Plano Estadual de Recursos Hídricos de Pernambuco (PERH/PE): que a Apac também, desde a formulação do Termo de Referência, até o acompanhamento do Contrato, a Mobilização, tem atuado em conjunto com as parcerias que eu mencionei. E lembrar, inclusive, que o Plano é um processo dinâmico – desde o Termo de Referência, a sua elaboração, execução dos programas, monitoramento – o Plano precisa ser implementado! Essa é uma etapa que a gente conclui: a Formulação do Plano! E depois ele precisa ser implementado, através da execução dos programas, e aí ele precisa passar por um monitoramento, uma avaliação e aí esse ciclo continua. A gente tem uma revisão dos programas, um novo ciclo de planejamento. A gente a coincidência, muito feliz, desse processo de Revisão do Plano Estadual, porque o horizonte desse Plano coincide com o horizonte do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), que é 2022-2040! Mas tudo isso a gente vai conversar, com mais detalhes, no nosso evento do dia 15 (quinze) – que eu espero que todos estejam presentes! A gente fez uma divulgação aqui, no nosso “Fala Apac”, sobre o nosso Plano Estadual porque isto é uma ferramenta de comunicação com a sociedade – qual a importância do Plano Estadual de Recursos Hídricos? E aqui nesse slide, é a novidade: o Sistema de Informações de Recursos Hídricos, que nós concluímos recentemente, e ele foi um recurso do Programa de Saneamento Ambiental (PSA), com recursos do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), do Acordo de Empréstimo, é um investimento de R\$ 1,6 milhões (um milhão e seiscentos mil reais) – é um investimento muito barato, gestão é barato! E é um dos instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos. Então, o objetivo foi implantar o Sistema de Informações (SI) em tempo real, de informações de Outorgas, Segurança de Barragens, Monitoramento Hidrológico e de Qualidade da Água, Ações de Fiscalização e Meteorologia. Então ele está prontinho, mas ainda não interagindo com o público. O Sistema de Informações também é uma ferramenta de contínuo aprimoramento! Aí nesse slide, no campo das Outorgas: nós avançamos com a questão da Outorga Coletiva, das Outorgas de Águas Superficiais – também com o Sistema de Suporte à Decisão, que acho que já foi apresentado aqui, em outras ocasiões e que virou um case de sucesso nacional. Foi uma parceria, um Convênio que a gente fez com a UFAL (Universidade Federal de Alagoas), com recursos do Progestão, e que confere mais agilidade, eficiência, precisão na análise dos pleitos de outorga. E a Outorga de Água Subterrânea a gente conta muito com as discussões de alto nível na Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CTAS), que vem para este Conselho sob forma de Proposta de Resolução e a Apac, efetivamente, implementa para a gestão de águas subterrâneas, que é tão estratégia no nosso Estado! Recentemente, a gente apresentou aí, um trabalho no Simpósio de Recursos Hídricos do Nordeste que fala justamente da questão de águas subterrâneas, do papel do Conselho Estadual, do papel da CTAS para o avanço das águas subterrâneas – eu fiz uma Linha do Tempo aqui no slide, que ficou pequena e evidentemente não dá para vocês verem, mas que está neste trabalho, de tudo o que vem acontecendo com a Gestão de Recursos Hídricos Subterrâneos no Estado de Pernambuco – porque ninguém chega onde está, do dia para a noite! Na Fiscalização dos Recursos Hídricos nós avançamos também, novamente com a parceria da UFAL, com o desenvolvimento de um aplicativo móvel – a gente já tem algumas etapas concluídas e outras em fase de testes – é um grande desafio cumprir a fiscalização com a equipe que a Apac tem, em todo o Estado. Então, a gente precisa de ferramentas inovadoras e que tornem o trabalho mais eficiente e ágil! Segurança de Barragens: como eu falei, e **Simone** também já disse, a Apac é o Órgão Fiscalizador, então nós cumprimos a programação de vistorias para o ano de 2022, assim como nos anos anteriores – isso também é meta do Progestão! Isso tudo faz parte do nosso Pacto de Consolidação da Gestão dos Recursos Hídricos, e aqui nesse slide, um produto de uma parceria, que é um Convênio, um Acordo de Cooperação Técnica que nos fizemos: a Apac, o Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco (CBHSF) e a Agência Peixe Vivo, com recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Bacia do São Francisco, que está nos permitindo a identificação remota de pequenas barragens nas Bacias dos rios Terra Nova, Pajeú e Moxotó – isso é um dos produtos, a gente tem um outro produto que é Avaliação da Aptidão dos Solos para a Irrigação, ou da Aptidão Agrícola nessas 03 (três) bacias, por conta do Projeto de Integração do São Francisco (PISF). A ação de Fortalecimento de Comitês e CONSUS: uma Gerência, como eu disse e a gente fez uma parceria com o ProfÁgua para a questão das Capacitações e isso tem sido muito positivo – tanto para os alunos do ProfÁgua como para o sistema! Aí tem também todo um suporte que a gente dá, por exemplo, para o Processo de



411 Alocação de Água nos Reservatórios – com os Conselhos de Usuários (CONSUs). Levamos uma grande delegação para o  
412 Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB), justamente para estimular o aperfeiçoamento, a troca de  
413 experiências com outros entes, inclusive com bacias que praticam, efetivamente, a questão do planejamento do uso do  
414 recurso da cobrança para a gestão de recursos hídricos e o Estado de Pernambuco. Os Parques Urbanos, que **Simone** já  
415 citou! Além das obras que ela citou, que estão concluídas, em andamento e as que foram paralisadas. A gente tem ainda,  
416 em estoque, alguns projetos na Bacia do Capibaribe. Na verdade, esse conjunto de projetos veio, de fato, dos 02 (dois)  
417 Planos Hidroambientais, não só do Ipojuca, mas também do Capibaribe. Isto aqui está no contexto de Revitalização de  
418 Bacias, do cuidado com a bacia, a janela é para onde nós queremos contemplar, e aí todos se sentem partícipes dessa  
419 gestão! Aqui nesse slide, como ação de revitalização também, nós assinamos um Convênio com o MDR, estamos em fase  
420 de Licitação, então são duas metas principais. Um Convênio da ordem de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais). A  
421 Meta1, é o Documento Base do Programa Estadual de Revitalização de Bacias Hidrográficas de Pernambuco – uma  
422 parceria que a gente tem com a Semas, já a Apac está coordenando; e a outra Meta 2, que é o Manejo Integrado da  
423 Microbacia Hidrográfica da Nascente do Rio Pajeú – para esta ação aqui, nós fomos buscar lá no Plano Hidroambiental do  
424 Pajeú, mostrando a importância do Plano, como instrumento de planejamento. Em seguida, a Sala de Situação, e aqui é  
425 um grande desafio, e talvez o que mais apareça para a população: a questão dos alertas – Há comunicação aqui como um  
426 pilar fundamental – **Simone** falou da história das fake News, e **Ericka** tem um trabalho contínuo, **Ericka** não dorme nunca,  
427 e ela é uma “equipe”, pois só tem ela na equipe dela! Sempre tem alguém ajudando, mas praticamente é só ela! E aí a  
428 gente tem também os manuais, o Manual de Operação da Sala de Situação, o Protocolo – que foi aqui comentado por  
429 **Simone**, e isso é elaborado na Apac, com um conjunto de instituições e assim, um conjunto de ferramentas: desde  
430 modelos até o nosso Parque de Monitoramento, das Estações de Monitoramento, porque sem esses dados observacionais  
431 a gente não consegue calibrar os modelos, ter precisão com esses modelos! E aí no slide, as fotos do radar, as imagens  
432 de satélite, enfim, um conjunto de ferramentas. Agora, o PISF – isso aqui só, daria uma apresentação de mais de uma  
433 hora! Mas a gente tem hoje um grupo de trabalho que integra a Apac e outras instituições aqui, no slide, os usuários, a  
434 Amupe, Compesa, a Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA), a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (Sdec).  
435 Hoje, a gente já tem 21 (vinte e um) municípios do Estado de Pernambuco sendo atendidos pela Concessionária, e mais  
436 também, um percentual para a agricultura – eu não trouxe os detalhes! Aí do lado de fora da sala, eu trouxe uma Cartilha  
437 que foi desenvolvida pela Apac, que é uma Cartilha para, justamente, divulgação da importância do projeto, mais a  
438 importância da gestão! Aqui é a obra que custou mais de R\$ 12 bilhões (doze bilhões de reais) a todos os brasileiros – ela  
439 está aí, praticamente concluída, faltando alguns complementos nos Estados. E hoje, eu acho que o grande desafio – eu  
440 sempre digo isso, é o desafio da gestão, para que essa água seja usada com eficiência e não só para o abastecimento,  
441 porque o PISF é também um programa, um projeto de desenvolvimento regional! E nesse slide, algumas ações de  
442 Capacitação: Cursos EAD, participação em Congressos, apresentação de trabalhos, trocas de experiências no âmbito do  
443 Progestão, Oficinas promovidas pela ANA – neste ano, a gente falou sobre a questão do Monitoramento e também do  
444 Enquadramento – que a gente ainda nem tem, efetivamente, aprovado! E nesse outro slide, eu queria destacar a  
445 importância da pesquisa – a gente colocou, acho que vocês lembram muito bem, um recurso do FEHIDRO em um Edital  
446 Facepe/Apac, onde foram selecionados 06 (seis) projetos com UFPE, UPE, UFRPE – vários departamentos, várias áreas  
447 do conhecimento. E esses projetos estão efetivamente dando frutos: Segurança de Barragens, Monitoramento da  
448 Qualidade da Água! Esse aqui no slide é um Aplicativo para o Monitoramento, para a Fiscalização – que está sendo  
449 finalizado pelo Centro de Informática, pelos professores, uma equipe do Centro de informática. E um outro projeto que é  
450 institucional, que é um pesquisador-mentor da Facepe, que a gente tem uma equipe de professores, pesquisadores e  
451 alunos, que se ocupam dessa interação das demandas do Sistema de Gestão da Apac e do que eles podem produzir, em  
452 termos de ferramentas! Inclusive, ontem e hoje, está acontecendo um Workshop: Geotecnologias na Gestão dos Recursos  
453 Hídricos, com divulgação de ferramentas que a gente já está usando no PISF, e tende a usar mais para outras ações da  
454 Apac. Então, esse é o apoio que eu falo das parcerias e em ciência e tecnologia! Temos também Ações de Educação  
455 Social e Divulgação: a gente é muito demandado para apresentações em escolas, visitas na Sala de Situação, enfim. E uma  
456 série de ações que a gente faz também, através das redes sociais, elas têm sua importância. Ferramentas como podcasts,  
457 enfim – a gente sempre investe nisso! Aí nesse slide, algumas premiações que a Apac recebeu: o Amigo da Defesa Civil e  
458 a Medalha do Mérito Judiciário, que a nossa equipe recebeu – que na verdade, acho que só tem dois integrantes, do  
459 geoprocessamento, com produtos do PE-3D. Agora, os Desafios: eu coloco aqui como desafios: Monitoramento de Águas  
460 Subterrâneas; Projeto Piloto de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA-Ipojuca) – isso são ações que a gente não  
461 conseguiu avançar, que sempre tem algum avanço, mas não conseguiu, eu acho que num nível satisfatório; a execução do  
462 Convênio com o MDR é um grande desafio – a gente avançou na proposição do Convênio, mas agora tem a execução

efetiva; o Plano Estadual de Recursos Hídricos de PE (PERH/PE) – como eu disse, agora a gente entra numa etapa de implementação, e vocês vão ver aí no evento que, em quatro Eixos Temáticos, a gente tem 24 (vinte e quatro) programas e 81 (oitenta e uma) ações elencadas, e boa parte delas está atribuída à Apac, claro, sempre integrando com outros entes do sistema; Sistema de Alerta do Una, que é um desafio que a gente está buscando vencer com uma parceria com o Cemaden; o Enquadramento, que a gente avançou no estudo, numa proposta de Resolução, que veio para esse Conselho – entrou numa discussão numa Câmara Conjunta – **Simone** já citou aqui, mas a gente não conseguiu a aprovação para a efetiva implementação; a Cobrança, que acho que todo mundo aqui conhece um pouco da história também – a gente já tem uma minuta de Projeto de Lei aprovada neste Conselho, no final de 2019, mas por uma série de questões, inclusive, a Pandemia, a gente não efetivou isso. E a Cobrança é um instrumento efetivo de gerar recursos para a gestão de recursos hídricos; e a Operação Comercial do PISF, que agora a gente entra numa nova fase – fizemos várias tentativas conjuntas com os outros Estados, com o MDR, com a ANA, de chegar numa proposta de um Contrato para começar a pagar pelo serviço, porque alguém está pagando, e não são os Estados! E nós, que já estamos recebendo água desde 2018, eu acho! As Perspectivas: eu queria focar nas coisas que eu já falei, e aí não dá para entrar no detalhe nos nossos Programas de Cooperação, nas nossas parcerias. E aqui, ohá duas semanas, foi aprovado o Ciclo III do Progestão – do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas, com a ANA, em todos os Estados. O outro programa que foca no monitoramento da qualidade da água, rios e reservatórios (Qualiágua) e a gente executa isso em parceria com a CPRH (Agência Estadual de Meio Ambiente) e o Procomitês, que é o Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas, que tende a ser incorporado ao Progestão. Além disso, as perspectivas são os Projetos de Pesquisas, sempre – a Apac formulou, junto com a Secti e a Facepe, um Edital e já foram selecionados, acho que 08 (oito) projetos de apoio a Projetos de Prevenção, Preparação e Mitigação de Incidentes Climáticos em Pernambuco – justamente pelos eventos extremos que nós tivemos neste ano, um do INCT (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia) foi aprovado recentemente, pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e que tem como foco a Segurança Hídrica e a Gestão Adaptativa – a Apac está formalmente inserida nesse projeto! E alguns outros: tem aí um Projeto Rede Pernambuco Alagoas (REALPE), de Monitoramento e Previsão de Eventos Extremos, com desenvolvimento de um sistema automático, em tempo real, para assimilação, identificação e preenchimento de falhas da precipitação, enfim. Acho que essas são as nossas parcerias e os nossos insumos do lado da ciência e da inovação! Cria colocar aqui, como perspectivas, também, a criação dos Escritórios Regionais da Apac – isso foi aprovado no contexto da Carta-Consulta que **Simone** já citou aqui, do COFLEX – a Apac tem algumas ações previstas ali, como estruturadoras, visando à consolidação do órgão que implementa a política de recursos hídricos. E acho que é isso, de forma muito rápida, estou à disposição, e algumas dessas apresentações, inclusive, alguns temas estão em vídeo no YouTube, estão na página da Apac. Eu estou à disposição, obrigada!” **Simone Rosa (Secretária Executiva do CRH)**: “Obrigada, **Suzana**, pela sua apresentação! Vamos dar sequência a nossa pauta de reuniões. O Conselheiro **Ricardo Braga** pediu a palavra.” **Ricardo Braga (ANE)**: “Eu ia fazer duas perguntas, mas não vou fazer não, porque a reunião já avançou bastante no tempo, aí eu queria fazer uma colocação, em relação à gestão de recursos hídricos, pela SERH e pela Apac, nesses últimos anos. Eu me lembro de que há quatro anos, a gente estava no Auditório da FIEPE, mas não aqui, lá em cima, e eu dizia que estávamos precisando de alguns neurônios a mais. E agora eu vejo esses neurônios funcionando! Acho que a Apac deu um salto qualitativo no seu nível organizacional, e a SERH no seu nível de planejamento – que caiu muito depois que **Almir Cirilo** saiu, pois parecia que a SERH estava “batendo cabeça” durante algum tempo, sem saber para onde é que iria! E aí, eu queria registrar exatamente, essa questão da contribuição para a gestão pública, de pessoas que estão envolvidas com a temática, no caso, da água, mas que necessariamente não são políticos – no sentido estrito da palavra, da política partidária, por exemplo. E eu identifico isto como uma saída da zona de conforto dentro da universidade, em nome de um desafio, que a pessoa se sente motivada a segurar na mão para realizar. E evidentemente, que quando chega, identifica claramente, que existe uma diferença entre querer e poder fazer! Esse gap entre as duas coisas poderiam levar a frustração no final de uma gestão, mas também a identificação de que a possibilidade de efetivamente fazer tudo o que se quer é praticamente impossível – só numa ditadura seria possível, mesmo assim esse querer seria de uma pessoa só, e não do coletivo! E evidentemente, que a curto ou médio prazo, terminaria “caindo por terra” – que é o que acontece com as ditaduras! Numa democracia o processo é muito mais complexo, mas também muito mais estável, sob o ponto de vista ecológico, inclusive! Então, eu salientaria aqui dois pontos, que eu acho que são importantes: um primeiro é ver a integração da SERH com a Apac – eu senti, claramente, que aumentou essa integração das duas instituições, levando a um salto no nível organizacional! E esse salto se evidencia, por exemplo, num sentimento de equipe, que eu sinto – não só dos Diretores, mas das Gerências e dos técnicos também! Então, esse sentimento de equipe, de estar jogando junto, querendo metas e chegando lá, eu senti isso como um ponto importante; e o segundo, é o reconhecimento de que não se

515 pode fazer gestão sem informação! Então, esse “catatau” de informações que vocês colocaram aí na tela – que até certo  
516 ponto cansa, de tanta informação, e tem detalhamento em cada um desses pontos – parece que não é nada, mas é muita  
517 coisa! Porque para fazer, tomar decisão de fazer uma barragem e construir a barragem é preciso dessas informações  
518 todas e assim por diante. Então, o sentido da informação para a gestão está muito claro, e esse é um papel da SERH e da  
519 Apac! E, finalmente, eu queria registrar aqui que a ANE, a Associação Águas do Nordeste, resolveu trazer para aqui hoje,  
520 esse livro que as pessoas receberam – quem não recebeu pode procurar lá, é de graça! E que tem como um dos autores  
521 **Simone Rosa**. Esse livro foi escrito a quatro cérebros, portanto a oito mãos, um pouquinho antes de **Simone** assumir a  
522 SERH, e agora nós trazemos esse livro como uma forma de homenagem a ela, no sentido de que, ela voltando para a  
523 Academia está reencontrando aquilo que ela produziu há um pouco mais de quatro anos atrás. Então, é isso que eu  
524 gostaria de dizer, muito obrigado!” **Simone Rosa (Secretária Executiva do CRH)**: “Muito obrigada pelas palavras,  
525 **Ricardo**, especialmente a parte que me toca! Eu queria registrar que foi uma surpresa para mim, você trazer esse livro,  
526 mas que eu fiquei muito feliz de várias parcerias que já tivemos aí, e outros livros que já publicamos em conjunto, e  
527 certamente retorno para a Academia com uma grande bagagem de contribuição à Academia e também à disposição para  
528 contribuir! Vamos dar sequência a nossa pauta, ao nosso próximo ponto de pauta, entramos então nas deliberações. O  
529 nosso primeiro ponto de deliberação é a aprovação da Ata da reunião anterior, da reunião do dia 08 de setembro de 2022:  
530 nós enviamos no ato da Convocação dessa reunião, a Ata, que sempre é um documento de dezenas de páginas, muito  
531 extenso, já para que os Conselheiros tenham o tempo necessário para que façam a leitura e possam propor alterações ou  
532 complementações, se assim julgarem pertinentes. Informo que, após o envio dessa Ata, um dos conselheiros se  
533 manifestou por e-mail, já pedindo uma alteração, que foi a inclusão do seu nome, é o representante das Prefeituras da  
534 Região do Sertão, da Prefeitura de Salgueiro, o Sr. **Erivaldo Pedro Pereira**. Então, ele disse que participou remotamente,  
535 e nós omitimos o nome dele por que não o identificamos devidamente no chat da reunião, mas já fizemos a correção, que  
536 está na tela agora. Então, essa foi a única alteração que fizemos na Ata que foi enviada, do arquivo que foi enviado aos  
537 senhores – duas alterações, na verdade: o **Erivaldo Pedro (Representante do Sertão)** e o **Cristiano José (Presidente**  
538 **da ABES/PE)**, que estão destacados, aí na tela, em amarelo na própria Ata. Então, eu consulto aos conselheiros, se há  
539 alguma sugestão de alteração, de correção, de complementação? Se houver, que se manifestem agora! Então, não temos  
540 nenhuma manifestação, então consideramos a **ATA da LV Reunião Ordinária do CRH, do dia 08/09/2022, por**  
541 **unanimidade, com as duas alterações que foram aqui colocadas, com as inclusões dos dois participantes**. O conselheiro  
542 **Jorge Fieza** pediu a palavra.” **Paulo André (Associação Fazenda Fieza)**: “Eu **Paulo André Fieza** e o pai do **Jorge Fieza**,  
543 da Associação Fazenda Fieza. É uma sugestão para as próximas reuniões: que seja introduzido, no momento da  
544 aprovação da Ata, um resultado, uma resposta, uma repercussão dos encaminhamentos dessa Ata. Então, todos os  
545 encaminhamentos que foram feitos, a gente aprova a Ata e não sabe o que aconteceu com aqueles encaminhamentos –  
546 não tem andamento, não tem acompanhamento. Então, é uma sugestão para que, nas próximas reuniões, a partir do ano  
547 vindouro, seja introduzida essa prática de ter, durante a aprovação, já os resultados dos encaminhamentos que foram  
548 dados – se teve andamento, se não teve, qual foi a dificuldade? Para que a gente possa, realmente, acompanhar aquelas  
549 discussões que começamos na reunião anterior, obrigado!” **Simone Rosa (Secretária Executiva do CRH)**: “Obrigada,  
550 pela sugestão, conselheiro **Paulo André**! Alguns dos assuntos que a gente delibera, realmente, não há encaminhamento!  
551 Quando é uma Resolução, que foi deliberada, que foi aprovada. Então, grande parte, realmente não tem encaminhamento  
552 – a gente delibera, aprova a Resolução e aqui se encerra! E outros, a gente faz uma Moção, encaminha um ofício, mas de  
553 toda forma vamos registrar, para que os assuntos em que houver um encaminhamento, digamos que a gente faça uma  
554 “memória” para dar o retorno de que houve um encaminhamento, mas a maior parte deles – como na pauta de hoje, a  
555 gente tem deliberações, aprova ou não aprova, e não tem, de fato, uma continuidade. No caso, a reunião de hoje, a Ata  
556 não teria encaminhamentos.” **Ricardo Braga (ANE)**: “Aproveitando a sugestão de **Paulo**, que me parece pertinente,  
557 nesses casos em que realmente houver uma sugestão e um compromisso de encaminhamento de alguma coisa. E nesse  
558 caso, estou com a Ata aqui na minha frente e está registrado – estou com ela aqui no meu celular, e como não tem número  
559 de linhas – as linhas me aparecem aqui sem os números, então eu não posso dizer onde é que está propriamente dito,  
560 mas é um tema que veio à tona durante, pelo menos, três reuniões do Conselho, e na última reunião do CRH, em que eu  
561 levantei a questão de uma compatibilização normativa da questão dos poços, em relação ao Licenciamento Ambiental da  
562 CPRH e a Outorga de Uso da Água, houve um compromisso da SERH e da Apac, para fazer gestões junto à Secretaria de  
563 Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco (Semas) e a CPRH, no sentido de equalizar essa questão! Claro,  
564 vamos ver daqui a pouco, Resoluções, em que busca contorna isso, em relação às águas subterrâneas, mas é apenas  
565 contornar a situação, porque ainda permanece essa dicotomia ou, quase que, essa diáspora, para ser mais claro, entre a  
566 CPRH e a Apac, quanto à questão dos poços. O que é que a CPRH faz licenciando poços, que a Apac não possa fazer, ou

567 que esteja fazendo, em relação, por exemplo, às informações sobre qualidade físico-química e microbiológica? Vazão, sob  
568 o ponto de vista da exaustão do manancial, e assim por diante. Então, eu queria saber, da Apac e da SERH, que  
569 encaminhamento foi dado, depois dessa reunião? Se, de fato, houve uma gestão junto ao lado ambiental?” **Simone Rosa**  
570 **(Secretária Executiva do CRH):** “Ok, estou lembrada sim, é inesquecível essa discussão, **Ricardo!** Inclusive, conversei  
571 diretamente com Suzana – ela se ausentou agora, por alguns minutos, e logo deve estar retornando – não sei se você quer  
572 aguardar, mas como é uma interação diretamente CPRH e Apac – e eu sei muito bem disso, porque mesmo antes de estar  
573 na SERH, ocupei por muito tempo a Gerência de Outorga e Cobrança, na Secretaria, então eu trabalhava direto com a  
574 CPRH. Então, é uma integração que tem que ser feita diretamente com a Apac! De toda forma, eu vou passar a palavra  
575 para **Crystianne**, que é Diretora de Regulação da Apac (DRM-Apac), para ver se ela pode nos adiantar aqui, alguma  
576 informação. Bem, **Suzana** chegou neste momento! Eu vou recapitular, brevemente, e você me complementa, se  
577 necessário, **Ricardo. Suzana, Ricardo** estava colocando aqui, justamente a questão da integração entre Outorga e  
578 Licenciamento Ambiental – na verdade, entre CPRH e Apac sobre a questão das outorgas subterrâneas. Então, **Ricardo**  
579 estava questionando se houve alguma ação da Apac junto à CPRH, parafraseando **Ricardo Braga:** “para resolver a  
580 diáspora” – e se precisar, você me complementa, por favor, **Ricardo!** **Suzana Montenegro (DP-Apac):** “**Ricardo**, a gente  
581 fez várias tentativas de reuniões, inclusive, porque a gente tem uma pauta com a Semas e com a CPRH, a gente tem  
582 algumas ações conjuntas, mas elas não se concretizaram por conta das Agendas. **Lorenzza** fez todas as tratativas  
583 necessárias, mas a gente não conseguiu! Isso está na nossa pauta, numa pauta conjunta, enfim, devia ter colocado aí  
584 como um desafio!” **Simone Rosa (Secretária Executiva do CRH):** “A reunião está sendo gravada para fazer a  
585 transcrição. Obrigada, **Ricardo!** Então, seguindo na pauta das deliberações, **Gizélia** vai apresentar na tela o Calendário  
586 com sugestões de datas para as reuniões do CRH em 2023. Como é de praxe, na última reunião do ano, nessa reunião, a  
587 gente submete aqui a aprovação do Plenário o Calendário das reuniões para o ano seguinte: e aí a gente faz uma proposta  
588 de datas, seguindo os critérios que a gente costuma colocar as reuniões na quinta-feira, mas eventualmente, em alguns  
589 meses, em função de feriados, e aí a gente transfere para um dia anterior. Então, essas no slide são as propostas que  
590 trazemos, que tradicionalmente a gente segue os meses de março, e agora a partir de 2022, junho, setembro e dezembro,  
591 e temos aí então a proposta do Calendário/2023, ficou: 23 de março (numa quinta- feira); 07 de junho (numa quarta- feira);  
592 06 de setembro – antecipando, por conta do feriado do 07 de setembro; e 07 de dezembro – antecipando, como a nossa  
593 reunião de hoje, para a gente fugir do feriado de 08 de dezembro. Então, é um Calendário de Reuniões Ordinárias, as  
594 Extraordinárias acontecem por Convocação a qualquer tempo, e pergunto se algum dos conselheiros tem alguma  
595 restrição, ou acham desfavorável alguma dessas datas, ou podemos aprovar, conforme proposto, o Calendário para as  
596 Reuniões de 2023? Então, como não temos nenhuma manifestação contrária, **o Calendário para as Reuniões Ordinárias**  
597 **do CRH para 2023, está aprovado por unanimidade!** Então, nós passamos às Resoluções, que são oriundas de  
598 discussões nas câmaras técnicas, para que sejam então deliberadas. Então, eu convido a, agora conselheira **Cássia**, que  
599 é também a Coordenadora da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CTAS), para ela expor – na verdade, vai ser uma  
600 sequência de assuntos que serão expostos, serão três, mas vamos apresentar um de cada vez. Para iniciar, a primeira  
601 Resolução que estabelece os prazos de vigência das outorgas do direito de uso dos recursos hídricos e dá outras  
602 providências. Então, eu convido **Cássia** e desde já agradeço pela sua atuação, bastante proativa aí nas câmaras técnicas!  
603 Quem conduziu o trabalho. Vou deixar para a própria **Cássia** expor a questão que houve o Grupo de Trabalho (GT), com  
604 componentes de diversas câmaras técnicas, e aí você vai historiando aqui, para os conselheiros. Por favor, **Cássia.**”  
605 **Cássia Araújo (da SDA e Coordenadora da CTAS):** “Sou **Olímpia Cássia de Sá Araújo** – porque, às vezes, o pessoal lê  
606 o **Olímpia** e não associam a mesma pessoa, pois quando eu cheguei a recepcionista achava meu nome na relação, mas  
607 não encontrava meu crachá – por esse motivo. Na realidade eu sou da Apac, estou à disposição do IPA, e o IPA me  
608 colocou agora como conselheira pelo IPA, no assento da SDA – porque é conjunto, SDA e IPA – no caso eu represento o  
609 IPA, da SDA é **Thais**, mas ela não está presente! Como Coordenadora da CTAS, a gente participou de uma reivindicação  
610 da Apac, que era sobre prazos, que eram definidos em algumas Resoluções, e que ela ia contraposto, mais ou menos,  
611 contra algumas normativas da própria Apac. E aí, a Apac solicitou que fosse visto, para fazermos uma revisão em relação  
612 àquelas situações, porque ela vinha trabalhando com um prazo e a Resolução estabelecia outros prazos – isso foi  
613 reivindicado diretamente à CTOC, que é a Câmara Técnica de Outorga e Cobrança. Nessa reivindicação, a própria CTOC  
614 chamou as outras câmaras técnicas, para já participar da reunião em que ela iria discutir isso, porque ela imaginava que  
615 precisaria da anuência dos outros, porque ela sozinha não dominaria aquele assunto, porque o assunto tinha sido de uma  
616 Resolução feita na gestão da coordenação do professor **Waldir**, que está aqui presente e que ela não tinha competência  
617 para, tecnicamente, dizer o porquê daquela condição e daquele prazo. Em função disso, lá na própria CTOC, criou-se um  
618 Grupo de Trabalho (GT), e esse GT teve a participação da Apac, da CTALI que é de Assuntos Legislativos e Institucionais,

619 houve a participação da CTAS e a própria CTOC. Essa foi a definição do GT que foi criado. Tivemos algumas reuniões  
620 extras, algumas articulações à parte, e oficiais, tivemos três reuniões. Dessas três reuniões, nós tomamos como princípios  
621 que o correto, o melhor para você manter uma regularidade e facilitar a vida dos usuários, era colocar o maior tempo  
622 possível e focar na fiscalização posterior. Mas a outorga em si, a concessão, poder ou não poder realizar, a gente queria  
623 dar um tempo máximo e que fosse compatível! Então, em cima disso os tempos máximos, todos foram realmente  
624 estendidos, e aí se utilizou os princípios: tinha que estar tudo dentro da legalidade, então o princípio era o máximo de 30  
625 (trinta) anos – que é a Lei Federal. O que pudesse ser dentro da Lei Federal, a gente colocou. A participação da Apac foi  
626 fundamental. A normatização da Apac, de Tipologias foi fundamental e foi com base nela que a gente seguiu isso, e com  
627 os princípios técnicos, com a participação do professor **Waldir** e outros membros mais – **Itamar** também, que estava aqui  
628 presente, também esteve. Este GT chegou a esses prazos máximos. Então, o princípio é: você dá a outorga e obriga que  
629 haja uma constância na regularidade das informações – então, utilizamos esses princípios! Autorização Administrativa  
630 eram 05 (cinco) anos, passou para 10 (dez) anos – está aqui no slide: Autorização Administrativa – eram cinco e passou  
631 para dez anos; Concessão Administrativa, que é o caso, por exemplo, da Compesa e algumas Prefeituras, eram 10 (dez)  
632 anos e passou para 20 (vinte) anos; construção de obra hidráulica, acho que era só 05 (cinco) anos, e passou para 10  
633 (dez) anos ou o tempo da duração da obra; e já para regularização e operação de obra hidráulica, que seria o caso de  
634 barragens, a gente optou por 30 (trinta) anos, porque o princípio do pessoal que trabalha com barragem é que, uma vez  
635 construída a barragem, ela está outorgada daí para a frente você precisa ter o controle, todos os relatórios e toda a  
636 manutenção com relação a isso! Mas a obra em si, não necessariamente precisaria ficar sendo outorgada continuamente.  
637 Embora eu faça parte de águas subterrâneas, no GT tomou-se o princípio de que: toda e qualquer outorga, independente  
638 se é água subterrânea ou não, ela viria para essa Resolução, e aqui ficariam todo e qualquer tipo de outorga; Aqui,  
639 máximo de 10 (dez) anos ou a validade do título minerário – aqui eram 03 (três) anos, porque se o título minerário é de 10  
640 (dez) anos, não justifica eu ficar tendo que, a cada 03 (três) anos, a cada ano, ficar levando – então, o limite é esse aqui;  
641 nesse outro item, que é o Termo de Alocação de Água para Outorga Coletiva – eu não sei se vocês conhecem, mas isso  
642 aqui tem uma Resolução que regulamenta esse tipo de Outorga Coletiva, que é quando há conflito e você tem que fazer o  
643 Termo de Alocação. Eu acho que **Paulo André** conhece bem essa condição do Termo de Alocação para Outorga Coletiva.  
644 Vejam, no caso de outorgas, as isenções não são autodeclaratórias – ela precisa que o requerente solicite um Termo de  
645 Isenção – no caso, requeira uma Declaração de Isenção – tanto à CPRH quanto a Apac, ambos fazem isso; e outras  
646 declarações e atos, que sejam referentes ao processo de outorga, são no máximo de 02 (dois) anos. Então, se alguém  
647 tiver alguma dúvida a mais, foi um trabalho exaustivo, com muita gente de várias especialidades, principalmente a área de  
648 construção de barragens foi **Clenio e Felipe**, de lá Apac – foram os dois que nortearam!” **Pedro Duque (Sindicato das**  
649 **empresas produtoras de camarão, moluscos e beneficiamentos do Estado de Pernambuco)**: “Estou aqui como  
650 ouvinte, até falando, não é? E as fazendas de camarão de Pernambuco, diferente de outros Estados, elas são exigidas de  
651 outorga de água – apesar de água marinha! 90% (noventa por cento) das fazendas captam água na região estuarina – e já  
652 existe um estudo da Apac, quanto ao vaso comunicação da estação de captação – onde sofrem influência da maré,  
653 normalmente salidade acima de 19 (dezenove) partes. O entendimento da ANA é que não deveria existir a outorga de  
654 água para água do mar, porém existe uma questão de semântica, do tipo: que a água do mar é a captada no mar ou  
655 aquela que adentra ao estuário, também é água do mar? Existe no Estado de Pernambuco uma fazenda que é dispensada  
656 de outorga, porque a captação dela, de fato, é no mar! Estados como o Ceará e Rio Grande do Norte não exigem outorga  
657 da água, ao mesmo tempo, em Pernambuco é exigido para essa água, mesmo comprovando! A gente está trazendo um  
658 documento, como sugestão, para na pauta da próxima reunião, do próximo ano, para que essas fazendas que captem  
659 água marinha, mesmo que do estuário, sejam dispensadas de outorgas, ou tendo essas outorgas com prazo mais longos,  
660 principalmente os pequenos produtores, que têm grande dificuldade de juntar essa documentação e de requerer as  
661 outorgas junto à Apac – isso seria uma desburocratização importante para isso.” **Cássia Araújo (da SDA e Coordenadora**  
662 **da CTAS)**: “**Pedro**, a minha área de especialidade é poços, água subterrânea, desses outros eu tenho um conhecimento,  
663 mas não o suficiente. Eu nem sei nem te dizer, com precisão, onde essa outorga se enquadraria, mas vou pedir aqui a  
664 ajuda dos outros colegas aqui, que vai saber dar esta informação.” **Simone Rosa (Secretária Executiva do CRH)**: “Só  
665 para registrar: eu entendi a demanda, **Pedro**, e realmente existem diferenças e só como esta reunião está sendo gravada,  
666 então a Diretora de Regulação da Apac, **Crystianne**, vai dar um breve esclarecimento, mas que foge um pouco da pauta.  
667 Então, bem rapidamente, **Crystianne**, e aí a gente vai incluir e até ver como isso pode depois conduzido, mas não era o  
668 foco aqui, desse ponto de pauta!” **Crystianne Rosal (DRM-Apac)**: “A Apac é executora da política, então a gente cobra a  
669 outorga no que está estabelecido em Leis, Decretos ou Resoluções. Então, atualmente não existe nada que, legalmente,  
670 isentaria esse tipo de captação em estuário – o estuário é uma parte de um rio e a gente cobra a outorga por ser parte do

671 rio! Inclusive, no passado, a gente teve uma conversa até com **Wellington**, do COBH-Goiana, que nos questionou isso, e a  
672 gente sugeriu que: como está na Lei que o COBH é quem determina as Isenções de Outorgas, que eles pautassem isso  
673 dentro do COBH! E aí eles poderiam criar uma Resolução, que posteriormente iria ser submetida ao CRH, e dar essa  
674 Resolução – existindo um instrumento legal, a Apac faz cumprir e isentaria de outorga esses usuários.” **Simone Rosa**  
675 **(Secretária Executiva do CRH)**: “Obrigada, **Crystianne**, pelos esclarecimentos, que não interfere na deliberação dessa  
676 Resolução!” **Cássia Araújo (da SDA e Coordenadora da CTAS)**: “Eu acho que, quanto a Resolução, se alguém tiver  
677 mais alguma dúvida, eu posso esclarecer – caso contrário, **Simone**, é com você.” **(Secretária Executiva do CRH)**: “Ok! O  
678 conselheiro Ricardo Braga pediu a palavra.” **Ricardo Braga (ANE)**: “**Cássia**, dentro desse Artigo 2º, e talvez até no outro  
679 Artigo, em seguida, se fala no Prazo Máximo. Agora, pensando em relação ao usuário, qual seria o Prazo Mínimo? Porque  
680 o usuário entra com o pedido e o técnico da Apac vai estipular um prazo: o máximo é de 30 (trinta) anos, de 10 (dez), ou  
681 de 03 (três) anos, mas qual é o mínimo? Ele pode, discricionariamente, estabelecer um prazo menor do que esse máximo?  
682 Como é que fica essa tomada de decisão – diante dessa Resolução?” **Simone Rosa (Secretária Executiva do CRH)**:  
683 “**Cássia**, só um minutinho antes de você responder. Eu só queria fazer só uma complementação, que eu ia até fazer antes,  
684 mas agora ela ficou até mais oportuna! Que, quando está colocado aqui, no Artigo 2º: “Os atos administrativos  
685 relacionados com as outorgas do direito de uso dos recursos hídricos terão os seguintes prazos:” e aí coloca: “máximo de  
686 10 (dez) anos” – talvez fosse mais adequado, é a minha sugestão: “terão os seguintes limites de prazos:” Porque na  
687 verdade, nas alíneas “a”, “b” e “c” não está definido o prazo em si – não diz que o prazo é 10 (dez), que o prazo é 05  
688 (cinco) – Diz que o prazo é máximo! Então, na verdade, é um limite, e não é o prazo propriamente dito – foi dito isto e  
689 encerra! Então, quando **Ricardo** levantou a questão, ficou ainda mais evidente – porque, na verdade, a definição não é  
690 exata, tem o Limite Máximo, mas eu vou deixar que **Cássia** nos esclareça.” **Cássia Araújo (da SDA e Coordenadora da**  
691 **CTAS)**: “Então eu vou colocar o meu entendimento, porque como eu fui Coordenadora deste GT, é por isso que estou  
692 tentando explicar. Quando a gente coloca o tempo máximo, a Apac é que, no caso, colocou que ela vai trabalhar  
693 praticamente com esses prazos máximos, mas existem alguns casos que, por exemplo, estão aqui descritos, que pode ser  
694 que, de repente, por algum motivo, haja algum estudo de algum aquífero, alguma coisa desse tipo, e esse estudo dê uma  
695 limitação diferente disso. Então, na Lei Federal está lá: “máximo de 30 (trinta) anos” para todas essas – a gente viu isso! E  
696 aí, qual é o mínimo? Em alguns casos você tem, por exemplo, quando você faz uma outorga dessa, existem alguns  
697 documentos que você anexa. E aquele documento também, de alguma forma, está limitando! Mas a validade, ela vai sair  
698 como “com 10 (dez) anos”. Só que no dia que o documento que instruiu o processo perde a validade, ele tem que dar  
699 entrada ou atualizar aquele documento, para que ela passe a ter a sua validade – caso contrário, ela perde a validade  
700 naquele dia, porque aquele documento perdeu a validade! É por isso, que a definição não seria de 10 (dez) anos,  
701 especificamente. **Clenio**, se você puder me ajudar eu vou achar ótimo, porque **Clenio** participou efetivamente, pois além  
702 das três reuniões, nós tivemos reuniões em particular: **Clenio**, **Sandra**, eu e mais um pessoal, algumas outras pessoas da  
703 Apac – esse é o meu entendimento!” **Clenio Torres (GROC-Apac)**: “**Ricardo**, é o seguinte: é mais ou menos como  
704 **Cássia** disse aí, realmente, ou seja, nós criamos as restrições com relação ao tempo máximo – como está lá, o tempo  
705 máximo que pode ser dada a outorga. A ideia é que isso aí seja seguido, ou seja, se não houver nenhuma indisposição  
706 quanto a esses prazos previstos – nada técnico, nada que leve a uma necessidade de você ser mais restritivo, você vai  
707 adotar esses prazos. Se caso haja alguma coisa que leve a uma condição mais restritiva, o ato não é completamente  
708 discricionário – assim como você colocou e ele tem que estar embasado em alguma coisa. Ele é discricionário sob o ponto  
709 de vista que o Estado tem o poder de decidir, mas ele tem que estar vinculado a alguma condição técnica ou administrativa  
710 que leve à necessidade de reduzir esses prazos. E aí, no desenvolver do processo, a ideia é que sejam feitas Resoluções,  
711 que surjam de formas restritivas, e aí, feitas pela própria Apac! A Apac pode criar Resoluções que restrinjam esses tempos  
712 em relação às condições que forem sendo verificadas. A outorga é uma coisa muito dinâmica, que eu acho que quem  
713 trabalhou com a outorga – **Simone** trabalhou com outorga, **Crystianne** trabalhou com outorga, eu já trabalhei muito com  
714 outorga. Cada mês que passa você tem “n” coisas que chegam, que criam uma configuração diferente – porque você não  
715 consegue abranger tudo. Então, por isso que eu disse que a ideia é essa, e discricionariamente, com um pouco vinculado  
716 às condições que você encontra, e você vai adotando os prazos diferentes, desde que justificado.” **Ricardo Braga (ANE)**:  
717 “A sugestão que eu daria, porque essa dubiedade não é boa para o usuário – ela pode ser boa para quem outorga, mas  
718 para o usuário não é! E nós não teremos, sempre, um **Cleninho** junto, para assinar o documento lá! Mas a sugestão, então  
719 seria o seguinte, no Artigo 2º: “terão os seguintes prazos: 10 (dez) anos, 30(trinta) anos, 20 (vinte) anos, etc.” E aí viria um  
720 “Parágrafo Único: em casos tecnicamente justificados, poderá ser reduzido esse prazo”, porque nesse caso aí, a gente  
721 teria o direito do outorgante de alterar esse prazo – que seria já pré-estabelecido, para menor, no caso de tecnicamente  
722 justificável. Então, ele teria que ter um documento técnico, embasando a alteração para menos, mas não havendo esse

723 documento, fatalmente seria o prazo que está aí – não é o máximo, “é o prazo de” – percebem a diferença? Então, essa é  
724 a sugestão: tira “máximo”, tira o “limite”, e coloca o prazo estipulado – pronto, é sagrado isso aí! Agora, se houver uma  
725 mudança para menos, tecnicamente justificada – naturalmente, que seria por um documento, e aí o outorgante reduziria  
726 esse prazo – acho que vai ao encontro do que **Clenio** colocou, mas deixaria mais claro na Resolução, sem ficar à mercê  
727 de outras Resoluções ou Portarias que a Apac venha a assumir!” **Paulo André (Associação Fazenda Fieza)**: “Eu diria  
728 até, da possibilidade da redução do prazo, porque não seria só a mudança – porque pode mudar para mais. Então seria:  
729 “devidamente justificada” e esse prazo ser reduzido.” **Simone Rosa (Secretária Executiva do CRH)**: “Eu consulto  
730 primeiramente a Apac, se está de acordo, porque é a Autoridade Outorgante aqui?” **Clenio Torres (GROC-Apac)**: “Eu me  
731 sinto na liberdade até de opinar porque eu participei do GT e eu concordo com **Ricardo**, pois eu acho que isso aí vai tirar a  
732 necessidade, inclusive, de novas Resoluções – deixa a coisa mais clara e sem a burocracia de novas Resoluções,  
733 inclusive, revoga a da Apac, automaticamente – como eu estava conversando aqui, com **Crystianne**, pois ela vai de  
734 encontro a essa Resolução que é do CRH, então a da Apac que já existe, não precisaria nem se revogada, pois ela estaria  
735 automaticamente sem valor! Eu concordo plenamente com **Ricardo**!” **Cássia Araújo (da SDA e Coordenadora da**  
736 **CTAS)**: “**Gizélia**, aí no slide, exclua o “de” também – fica direto! E lá em cima, sai também “limites de”. Ficando: “seguintes  
737 prazos” – direto! E no Parágrafo Único a gente coloca: “salvo” – como estão noutras Resoluções. A gente tem nas outras  
738 Resoluções, a gente tem exatamente esse Parágrafo que diz: “salvo à critério da entidade outorgante, devidamente  
739 justificado” – a gente coloca aí, nas mesmas condições! Nas Resoluções seguintes a gente tem alguma condição disso.”  
740 **Waldir Costa (Unieco e CTAS)**: “Eu queria só identificar os casos que podem ocorrer, conforme **Ricardo** acabou de falar.  
741 Existem várias situações em que é necessária essa redução, por exemplo, uma superexploração do aquífero, com  
742 depressão muito acentuada da superfície potenciométrica. Outro exemplo: intrusão marinha no aquífero costeiro. Então,  
743 são várias situações que podem ocorrer – e já ocorreram, inclusive aqui em Pernambuco, inclusive resultou na proibição  
744 de novas captações na Zona “A” daquele Plano de Gestão, que correspondia a Zona de Boa Viagem. Então, várias  
745 situações podem ocorrer e já ocorreram aqui. Então, é plenamente justificável a inclusão desse Parágrafo Único,  
746 mostrando a possibilidade de redução do prazo. Só isso, obrigado!” **Paulo André (Associação Fazenda Fieza)**: “O que o  
747 professor **Waldir** falou eu acho interessante! Então, seria que esse prazo poderia ser mudado, ou revogado, com critério  
748 técnico.” **Cássia Araújo (da SDA e Coordenadora da CTAS)**: “Tecnicamente justificado!” **Paulo André (Associação**  
749 **Fazenda Fieza)**: “Tecnicamente justificado – para mudança do prazo ou revogação”. **Cássia Araújo (da SDA e**  
750 **Coordenadora da CTAS)**: “Em vez de “devidamente”, colocar: “tecnicamente justificado”. **Paulo André (Associação**  
751 **Fazenda Fieza)**: “Ok, mas para mudança desse prazo, ou revogação, porque vamos supor, como o professor acabou de  
752 dizer: se houver uma depressão, se houver algo e precisar mudar, já tem uma outorga de 30 (trinta) anos, ela poderá ser  
753 revogada se tiver alguma justificativa.” **Cássia Araújo (da SDA e Coordenadora da CTAS)**: “Mas isso já tem no próprio  
754 Termo de Outorga já diz todos os condicionantes pelo qual a outorga poderá ser revogada. Então, não seria revogação,  
755 porque isso você vai conceder – você concede ou você nega! Então, não é o caso. Você nega em cima de algumas coisas,  
756 e você outorga em cima de um determinado prazo! Então, esse prazo só poderá ser diferente do que está aqui. No caso  
757 essa Resolução, eu entendo que ela fica assim. Ela só pode ser modificada para menos, reduzida, com uma justificativa  
758 técnica – por isso que está aqui: “tecnicamente justificado” – isso aqui resolve! E você está concedendo, então não tem  
759 para que você pensar em revogar! Na hora que você emite, se você lembrar, o Termo de Outorga – que a gente mostrou lá  
760 na CTAS, o Termo de Outorga está lá uma série de condicionantes e, qualquer um daqueles, fará com que ela seja  
761 revogada – qualquer descumprimento! Por isso que não caberia a revogação, nesse caso.” **Simone Rosa (Secretária**  
762 **Executiva do CRH)**: “Só um esclarecimento, **Cássia**, para a gente conseguir seguir com a pauta e a gente tentar objetivar.  
763 Então assim, essa Resolução que está sendo colocada aqui, é uma Resolução para que: os Requerimentos de Outorga  
764 que chegarem na Apac, vão seguir esses prazos. As outorgas que estão em vigência, quando expirarem e tiverem um  
765 pedido de renovação, aí segue o processo – só para ficar bem claro que a Apac não vai parar tudo o que se está fazendo  
766 no Setor de Outorgas, para **Clenio** não ter um “piripaque” aqui e pensar que: “vou parar tudo o que estiver fazendo aqui, e  
767 vou ter que avaliar tudo para se enquadrar aqui”, não – isso não é retroativo, isso é a partir de agora, para os novos  
768 requerimentos de outorgas que chegarem! E aí, as outorgas que expirar vão entrando nesse ritmo – não é retrorativo! E eu  
769 peço a quem quiser se manifestar, para serem breves, para a gente conseguir ir avançando.” **Gina Karla (Representante**  
770 **da Pref.de Vicência)**: “Sou Procuradora no município de Vicência, estou representando o município e sou conselheira-  
771 suplente. É só uma ressalva porque quem vai ler a Resolução não está com o mesmo conhecimento técnico que todos  
772 aqui presente. Então, o Parágrafo Único deve destacar que “os prazos contidos no Artigo 2º entrarão em ressalva, salvo os  
773 critérios da entidade outorgante e tecnicamente justificados”, porque se você não citar quais são os prazos, quem vai ler,  
774 não vai ter esta interpretação, principalmente se for uma pessoa que não tenha conhecimento técnico necessário.” **Simone**



775 **Rosa (Secretária Executiva do CRH):** “Vamos ouvir outras opiniões: a gente tem **Assis**, que também participa da CTAS –  
776 **Assis** se manifesta, depois **Ricardo**, e a gente fecha aqui a redação, por favor, **Assis**.” **Assis Ferreira (Abas):** “**Simone**,  
777 eu fico muito preocupado quando um documento desse foi discutido amplamente, e agora a gente está modificando a ideia  
778 principal, que se puderem voltar o slide vamos verificar que a ideia inicial aí é que seria, no máximo, 10 (dez) anos –  
779 vamos dizer assim, na letra “a”, alínea “a” da Resolução. Era “no máximo 10 (dez) anos para Autorização Administrativa” –  
780 quando dizia “no máximo 10 (dez) anos” – eu estou entendendo o seguinte: se a Apac achasse prudente, conveniente e  
781 necessário, iria dar um ano e estaria dentro da Lei, perfeitamente, porque era no máximo um ano! Quando você diz 10  
782 (dez) anos, você está dizendo, está restringindo que tem que ser 10 (dez) anos! Então, eu acho que está se mudando a  
783 ideia de uma coisa que era mais ampla, para uma coisa mais restritiva. Ou seja, tem que ser 10 (dez) anos a outorga aí –  
784 não adianta. Não, mas eu não preciso de 10 (dez) anos e a Apac vai dar de um ano apenas. Eu acho que mudar e retirar a  
785 palavra “máximo”, eu acho que está mudando totalmente a ideia do que foi discutido, mas eu não participei desse GT, mas  
786 quem participou, eu acho que pode colocar com mais prudência e conveniência, obrigado!” **Simone Rosa (Secretária**  
787 **Executiva do CRH):** “Antes de passar a palavra para **Ricardo Braga e Clenio**, que vão se manifestar, eu queria só fazer  
788 o esclarecimento seguinte, **Assis**, que: ao ser retirado esse “máximo”, vai ser colocada a ressalva que a gente ainda vai  
789 redigir de forma adequada. E eu também ficaria preocupada se não tivesse ouvido, e vou ouvir novamente, **Clenio Torres**,  
790 que é o Gerente de Outorga e Cobrança da Apac. Porque na verdade, o que vai acontecer é que, na prática, a Apac vai ter  
791 mais trabalho, ou não, porque cada restrição que quisesse fazer esse prazo máximo vai ter que ser devidamente  
792 justificado, não é? Mas também, essa justificativa nem sempre é uma Nota Técnica de 10 (dez) páginas, mas ela pode ser  
793 uma justificativa assim – se ela estiver lá numa Zona “A” citada – que é uma restrição total, mas a Zona “B” ou a “C” –  
794 conforme o Zoneamento Explotável, etc., está restrito devido a isso. Então, às vezes, já é quase que um “carimbo” essa  
795 justificativa! **Ricardo**, se você não se importa, talvez fosse interessante a gente ouvir primeiro **Clenio**, que é o Gerente de  
796 Outorgas. Então, **Clenio**, por favor.” **Clenio Torres (GROC-Apac):** “Eu queria dar uma ideia de como isso surgiu, para se  
797 entender o contexto como **Assis** colocou, de qual era a ideia disso. É que durante esse tempo todo, os prazos de outorga  
798 eram algo meio que “adotado” – adotado, quase que verbalmente! Era um padrão, havia um padrão lá, que seguíamos,  
799 mas não havia nada formalizado. E aí, lá na Apac, no sentido de formalizar isso, e aí **Ricardo**, como você tocou numa  
800 terminologia de “discricionário”, entendo a outorga como um ato discricionário, por se tratar de um bem público e o Estado  
801 dá se quiser. Então você pega a natureza jurídica dela, é discricionária, mas tem um pouco de vinculado. Ou seja,  
802 cumprindo todos os pré-requisitos pelo usuário, por que é que você não vai conceder ou autorizar o uso do bem público, já  
803 que você está concedendo e autorizando para todo mundo? Tem que ser justificado! E por que prazos diferentes? Se eu  
804 deixar isso ao critério técnico de cada analista, isso se torna uma coisa meio estranha. Então, a ideia de você normatizar  
805 isso foi uma Resolução da Diretoria Colegiada da Apac, que normatizou isso. E depois, em cima de algumas discussões,  
806 entendeu-se que não, que para isso aí, seria melhor vir uma Resolução do próprio Conselho – normatizando de forma  
807 ainda mais ampla! E aí eu entendo a preocupação de **Assis**, que é válida até para a gente mesmo, mas eu não vejo um  
808 problema de você estipular o prazo mesmo – o prazo é aquele. Isso eu acho que traz uma fluidez e uma equidade muito  
809 maior entre o que você está dando para cada usuário. Então, você normatiza isso, com relação àquele prazo, é aquele  
810 prazo o padrão, e quando houver alguma questão envolvida – e aí pode ser até uma questão como o professor **Waldir**  
811 colocou – por uma necessidade, vinda do próprio Conselho, da CTAS, através do CRH, para a Diretoria Colegiada da  
812 Apac, restringir os prazos em determinadas áreas! E se chega uma solicitação dessas, por parte do CRH, a Apac vai  
813 adotar aquilo de uma forma mais restritiva. Ou seja, como a própria Resolução, decidida pela Apac! Então, quando você  
814 tiver estes instrumentos, que vão trazer essa necessidade de você limitar, você usa – devidamente justificado, através de  
815 um Parecer Técnico, que já é feito, **Simone**, já tem um Parecer Técnico e, nesse próprio Parecer Técnico se tem a  
816 justificativa técnica – ou vinda de uma própria orientação do CRH, ou de uma orientação da Diretoria Colegiada da Apac –  
817 através de Resolução, ou vinda da visão do próprio técnico, pois se o próprio técnico entender que aquilo é justificativo, ele  
818 justifica ali e dá; se o usuário entender que foi prejudicado de alguma forma, ele tem como entrar com um Recurso  
819 Administrativo, pedindo revisão disso, aí vai para uma instância competente, para decidir coisas diferentes. E vão ser  
820 casos raríssimos porque, primeiro é preciso que o técnico analista tenha esse entendimento por conta própria, de que  
821 aquilo ali não é para ser dado naquele prazo, então ele tem que justificar, tecnicamente, aquilo. Então, isso é muito difícil  
822 acontecer, e se acontecer, eu acho que é uma vez a cada 05 (cinco) anos! Por isso, **Assis**, eu acho que dessa forma aí  
823 não trás prejuízo a ideia original do normativo, não!” **Simone Rosa (Secretária Executiva do CRH):** “**Ricardo**, você ainda  
824 quer falar? Então, vamos passar para **Ricardo** e depois a gente fecha essa redação, porque eu fiquei plenamente  
825 convencida, agora, depois da fala de **Clenio**, mas vamos ouvir **Ricardo**, e aí a gente fecha essa redação.” **Ricardo Braga**  
826 **(ANE):** “Eu estou com uma proposta de redação aqui, mas antes, eu digo que concordo plenamente com **Clenio**, que está

convergindo, e diria assim: que se mantiver como está, em algum momento a Apac pode, simplesmente, inviabilizar essa Resolução – é só ela estabelecer os critérios para reduzir e ninguém pode reclamar porque ela tem direito de dar o prazo que quiser. Então teríamos que ter essa clareza, porque essa clareza está sendo dada agora, inclusive com o acordo de **Clenio**. Quanto à questão de a gente modificar algo que vem da câmara técnica – essa é a função do Conselho, então não há problema! Estão os técnicos – também estão por aqui, e esse diálogo, vamos dizer, que se estabelece em busca de uma escrita melhor. Bem, a sugestão seria a seguinte, no Parágrafo Único: “o prazo poderá ser reduzido, sendo tecnicamente justificado.” **Cássia Araújo (da SDA e Coordenadora da CTAS)**: “Mediante justificativa técnica” – seria mais interessante.” **Ricardo Braga (ANE)**: “É, mediante justificativa técnica”. Então, não é “à critério da entidade”, é: “o prazo poderá ser reduzido – complete aí, **Cássia**.” **Cássia Araújo (da SDA e Coordenadora da CTAS)**: “Os prazos descritos acima poderão ser reduzidos, mediante justificativa técnica.” **Simone Rosa (Secretária Executiva do CRH)**: “**Cássia**, só um minutinho! Vamos ouvir a proposta de **Ricardo**, eu acho que é “o prazo” mesmo!” **Ricardo Braga (ANE)**: “É “o prazo” porque já está se referindo a tudo. “O prazo poderá ser reduzido, mediante justificativa técnica.” Não, não precisa, porque o Parágrafo Único é do Artigo 2º – só falta colocar um ponto aí, no final. E não manter o “máximo” – o prazo é aquele máximo – o prazo é 10(dez) anos, é 30 (trinta) anos! Agora quando, por exemplo, tiver um Zoneamento de Exploração de Água Subterrânea na Região Metropolitana do Recife (RMR), o prazo vai ser restrito, em função do que está dito ali no Parágrafo Único, tem justificativa técnica.” **Simone Rosa (Secretária Executiva do CRH)**: “Se me permite, **Ricardo**, eu ainda colocaria “mediante justificativa técnica da entidade outorgante – eu acho que fica bem amarrado! Porque quem emite a outorga é a entidade outorgante – como está aqui definido, no Artigo 1º. Mas alguma manifestação, ou podemos colocar em deliberação, para a gente aprovar o texto da Resolução, da forma como está agora no texto apresentado – com esses destaques “em amarelo”? O texto do Artigo 2º, na verdade, ele não foi alterado. O que foi alterado nas alíneas: foi retirado “o máximo de”, então todos terão estes prazos, e aí à Apac se resguarda o direito, a entidade outorgante se resguarda no direito de diminuir o prazo, mediante justificativa técnica. Então está ali: “o prazo poderá ser reduzido, mediante justificativa técnica da entidade outorgante” – e é isso que estamos colocando em votação agora, e como já foi amplamente discutido, eu me reservo aqui no direito de colocar da seguinte forma, e quem discordar dessa forma – já que todos se manifestaram, eu peço que se manifeste, levante aí o seu crachá, dizendo que discorda.” **Waldir Costa (Unieco e CTAS)**: “Eu discordo que se retire o termo “máximo”, que deve ser mantido como originariamente: “o máximo de tantos anos”. **Simone Rosa (Secretária Executiva do CRH)**: “Mesmo colocando esse Parágrafo Único, que diz que “pode ser reduzido, mediante justificativa técnica”? Veja como ficou: “o prazo poderá ser reduzido, mediante justificativa técnica da entidade outorgante”. Ok, está certo, então temos uma discordância, e **Assis** pode se manifestar, por favor – você quer falar alguma coisa ou é só o voto contra?” **Assis Ferreira (Abas)**: “Eu diria o seguinte: quando você tem o máximo de 05 (cinco) anos – tem um máximo aí até de 30 (trinta) anos, se eu não me engano – eu acho que no item “d” ou “e”. Quando você diz 30 (trinta) anos, se a entidade outorgante reduz de 30 (trinta) para 22 (vinte e dois) anos, por exemplo, ela tem que dizer porque ela está reduzindo de 30 para 22, então ela vai ter que justificar, mas eu discordo da alteração.” **Simone Rosa (Secretária Executiva do CRH)**: “Ok, então nos temos, até o momento, 03 (três) votos contrários: o professor **Waldir Duarte**, **Assis** e **Gina Karla (Representante da Pref.de Vicência)**.” **Ricardo Braga (ANE)**: “Porque fica contraditório, sob o ponto de vista semântico, você dizer que tem “o máximo” e depois dizendo “que pode reduzir”. Ora, se diz que é “o máximo”, sei que pode reduzir! Então, há uma contradição na escrita.” **Simone Rosa (Secretária Executiva do CRH)**: “Mas nós já retiramos “o máximo”!” **Ricardo Braga (ANE)**: “Eu estou dizendo que: para quem vota que deve ter “o máximo”, há uma contradição, sob o ponto de vista da escrita! **Gizélia**, realmente, são “os prazos”, porque são os prazos – não sei se merece o rigor de colocar “os prazos referidos nas alíneas de “a” até “j”?” **Cássia Araújo (da SDA e Coordenadora da CTAS)**: “Bastaria “os prazos acima referidos, poderão ser reduzidos, mediante justificativa técnica da entidade outorgante”. Agora eu, particularmente, como conselheira até, eu sou a favor disso que o professor **Waldir** falou e tudo! A gente trabalhou muito no GT com isso aí – se colocou justamente essa palavra “máximo”, que era para alguns casos e para facilitar. Ora, se eu estou colocando este Parágrafo Único aqui, aí você vem para outra coisa – qual é o estudo que vai me dizer que agora deve ser não 30 (trinta), mas 22 (vinte e dois) anos? Mas veja a justificativa técnica vai ter que ser “um senhor trabalho”, para você justificar porque que agora vai ser assim! Então, em função disso foi que lá no GT, se optou por colocar a palavra “máximo” – se entendo que máximo seria o usual! Agora, ou se coloca o “máximo” sem esse parágrafo, ou se tira o máximo e coloca-se o parágrafo – ambos é somente uma forma de redação, pois eles estão dizendo a mesma coisa. Estão dizendo que, simplesmente, no momento em que, por qualquer motivo que seja, se reduza – é só isso que está sendo colocado!” **Cássia Araújo (da SDA e Coordenadora da CTAS)**: “Bem, uma Questão de Ordem! Então, vamos retomar: lá embaixo, onde estão “os prazos” – eu só acho que a gente não deve colocar “acima referidos” porque nem está acima, está na página anterior. Então, ficaria: “Parágrafo Único: os prazos referidos neste artigo

879 poderão ser reduzidos, mediante justificativa técnica da entidade outorgante.” E eu acho que, quanto à questão de a gente  
880 retirar “o máximo”, meio que venceu, não é? A minha pergunta é: **Gina**, você tinha se manifestado por conta disto, porque  
881 é “os prazos”, mas em estando “aos prazos, agora você concorda? Ok, então temos agora, só 02 (dois) votos contrários e  
882 os demais aprovaram – então, está deliberado pela aprovação. Desculpe, é porque você não havia se manifestado  
883 anteriormente, então na realidade, nós temos 03 (três) votos contrários! Ah, então vamos fazer o seguinte: vamos fazer a  
884 contagem, porque veio à “conta-gotas”, não é? Quem for conselheiro titular ou suplente levante seu crachá – lembrando  
885 que não podem votar os titulares e os seus suplentes. Vejam, se não for aprovado agora, isso volta para ser rediscutido, e  
886 a gente delibera ano que vem. Bem, vamos deliberar o texto como está aqui na tela porque houveram várias contribuições  
887 e a gente acabou, tendo inclusive, com a presença do Gerente da Apac, da Diretora, a gente entende que avançou! Então,  
888 não foi unanimidade, mas a gente precisa, como temos quórum, a gente precisa votar! Vamos fazer o contrário, vamos de  
889 fato, levantar o crachá quem concorda com a redação, porque a gente tem o quórum e a gente vê os votantes – e eu  
890 posso votar, não é? **Gina**, você vota, não é? Você pode votar, sim! Ok, então quem não é favorável? Já temos a  
891 manifestação ali de **Assis, Waldir, Cássia** – são quatro aqui. O titular não está, não é **Cássia**? Então ela vota, sim! Eu  
892 perguntei logo no início. Então são 04 (quatro) votos!” **Cássia Araújo (da SDA e Coordenadora da CTAS)**: “Na realidade  
893 é assim: eu diria que eu concordo com o texto original! Se todo mundo concorda, isso é o que conta.” **Simone Rosa**  
894 **(Secretária Executiva do CRH)**: “São 04 (quatro) votos. Vamos então dar seguimento – eu acredito que todos votaram,  
895 mas alguém se absteve? Não, zero abstenção! Então, com isso fica aprovada então, dessa forma, a redação da minuta  
896 de Resolução CRH/2022, que dispõe sobre os prazos de vigência das outorgas do direito de uso dos recursos  
897 hídricos e dá outras providências. Vamos, então passar para a próxima deliberação – que também será exposta por  
898 **Cássia**. Devido ao adiantado da hora, vou só pedir para que a gente tenha uma maior agilidade – não precisa historiar  
899 tudo, **Cássia**. A gente coloca o texto, até porque os conselheiros receberam a minuta da Resolução, não é? Agora,  
900 deliberaremos a minuta da Resolução CRH, que regulamenta a outorga do direito de uso para captação de água  
901 subterrânea e dá outras providências – então, especificamente para águas subterrâneas! E aí a minha pergunta: se há  
902 algum comentário, ou alguma solicitação de esclarecimento, em relação a esta minuta específica de água subterrânea?  
903 **Cássia**, você quer dar uma breve passada no texto?” **Cássia Araújo (da SDA e Coordenadora da CTAS)**: “Eu diria o  
904 seguinte: só para resumir, eu vou dizer para vocês isso aqui foi as diretrizes dessas Resoluções. Um dos problemas que  
905 havia é essa interação CPRH e Apac, com o retorno do Licenciamento Ambiental isso ficou mais urgente. Como a gente  
906 dentro da Lei, porque a gente tinha que respeitar a Lei Federal e a Lei Estadual – dentro da Lei isso foi o melhor que a  
907 gente conseguiu fazer, com o objetivo de facilitar e manter as informações que a Apac precisa para monitorar os aquíferos.  
908 Então, o objetivo foi: incentivar a regularização, facilitar essa regularização – tudo, o melhor possível, dentro da Legislação  
909 vigente, qualquer Lei – revogando toda e qualquer Resolução que estivesse atrapalhando esse processo. Então, nós  
910 trabalhamos só com esses princípios e o outro foi de incentivar, ou forçar até, a regularidade de informação aos órgãos  
911 competentes, que no caso seriam Apac e CPRH! Então, isso aí foram os princípios e eu acredito que, se ninguém tiver  
912 nenhuma pergunta, esta justificativa já seria mais do que suficiente. A busca foi melhorar o processo!” **Simone Rosa**  
913 **(Secretária Executiva do CRH)**: “Então, franqueio a palavra aí, se algum conselheiro quiser se manifestar. Caso não haja  
914 manifestações, podemos seguir com a deliberação, considerando que todos os conselheiros receberam este documento  
915 com a devida antecedência, vou fazer a pergunta da forma positiva agora, já que tivemos algumas opiniões desfavoráveis:  
916 então, quem concorda em aprovar o texto desta Resolução, conforme foi enviada aos conselheiros? Vamos fazer a  
917 contagem aí! Então, temos 15 (quinze) votos favoráveis! Caso algum conselheiro seja desfavorável, queira se manifestar,  
918 para a gente registrar se houve votos contrários. Não, não temos nenhum registro de voto contrário. Então, aprovada esta  
919 minuta da Resolução CRH/2022, que regulamenta a outorga do direito de uso para captação de água subterrânea e  
920 dá outras providências, por unanimidade! E aí, passamos então para a próxima Resolução, que também é de outorga  
921 de água subterrânea, ela regulamenta a outorga para captação de água subterrânea destinada ao uso de utilidade pública  
922 e dá outras providências. Então, temos uma outorga específica, que se não me engano, foi uma solicitação da Compesa,  
923 para que a gente tivesse uma outorga específica para o abastecimento público, então ela tem algumas particularidades,  
924 específicas para o abastecimento público, em relação aos sistemas de abastecimento de água. Franqueio a palavra aqui,  
925 se há algum questionamento, algum pedido de esclarecimento, alguma solicitação de alteração? Ela é bem específica! Por  
926 favor, **Cássia**.” **Cássia Araújo (da SDA e Coordenadora da CTAS)**: “Vejam, essa minuta aqui, praticamente ela repete  
927 tudo o que está na minuta anterior. Eu já chamei a atenção disso, ela vai ter que ser publicada, após a minuta anterior, que  
928 foi aprovada agora. Depois, porque se for o inverso, a anterior vai revogar algumas coisas dessa daqui, porque essa pega  
929 tudo o que está lá e específica para utilidade pública. Então, aqui se definiu o que é utilidade pública para estes casos –  
930 quem que se enquadra aqui, então foi definido quem que está se enquadrando, e a Lei permaneceu, praticamente a

931 mesma, somente atendendo a facilidade de prazos e outras questões desse tipo, inclusive, análise de água porque  
932 existem algumas condições que eles não conseguiriam cumprir, bem como as Prefeituras. Então, isso foi apara adequação  
933 ao cumprimento, para que os usuários estivessem dentro da Legislação. No caso da Compesa, essa reivindicação  
934 buscava também ela atingir um dos objetivos dela, que era atingir o Certificado ISO, e ela não conseguia porque não  
935 conseguia também regularizar os poços dela! Então, o pleito chegou e um questionamento que **Ricardo Braga** fez de  
936 outra vez é que: isso não foi feito para atender a Compesa – isso foi uma reivindicação da Compesa, que foi analisado até  
937 onde isso implicava também em outros usos de utilidade pública, e foi visto que, dessa forma que saiu a minuta, vai ela  
938 atender os 5.000 (cinco mil) poços do IPA (Instituto Agrônomo de Pernambuco), vai atender a FUNASA (Fundação  
939 Nacional de Saúde), a FUNAI (Fundação Nacional do Índio), vai atender SDA (Secretaria de Desenvolvimento Agrário) –  
940 todos esses que trabalham com pequenos poços e comunidades rurais. Então, foi esse o princípio dela, e aí abriu-se  
941 exceção, dentro daquela que a gente acabou de aprovar – foi só isso.” (**Secretária Executiva do CRH**): “Obrigada,  
942 **Cássia**, pelos seus esclarecimentos! Então, seguimos para a deliberação: peço que os conselheiros que sejam favoráveis  
943 à aprovação do texto, da forma como foi submetido com a convocação, que se manifestem – pela aprovação! Então, temos  
944 16 (dezesseis) votos favoráveis. Peço que se algum conselheiro que seja contrário à aprovação, por favor, se manifeste,  
945 para a gente registrar! Não temos nenhum conselheiro desfavorável. Alguém se absteve? Não, nenhuma abstenção!  
946 Então, mais uma vez agradeço a conselheira **Cássia**, pelo seu apoio nas ações! E passando ao próximo e último ponto de  
947 deliberação, eu peço a **Sandra Ferraz**, porque ela é a Relatora da CTALI – já que nós não temos a presença do  
948 Coordenador da CTALI, **Everaldo** não pôde estar conosco hoje, para então fazer a apresentação do Plano de Aplicação  
949 dos Recursos do FEHIDRO para o ano de 2023 – já destacando para os presentes de que este Plano foi apresentado, e  
950 aprovado, pela CTALI, aqui no CRH.” **Sandra Ferraz (CTALI-SERH/Seinfra)**: “Aqui, na condição de Relatora desse  
951 processo, no âmbito da CTALI, que na sua 7ª (sétima) reunião deste ano de 2022, foi favorável a aprovação desses Planos  
952 de Aplicação. Eu questiono, questiono também **Simone**, na condição de conselheira e está presidindo essa seção, se  
953 vocês querem que a gente apresente os Planos, de forma breve, para depois, *a posteriori*, a gente trabalhar o teor da  
954 Resolução CRH? Até porque são 02 (dois) Planos, **Simone**, o Plano da Apac e o Plano da SERH, que foram apreciados e  
955 teve um Parecer Técnico favorável, então eu questiono. A gente está aqui projetando o teor da Resolução CRH, muito  
956 breve, mas eu não fico confortável se eu só submeter esse documento. Vocês receberam todos os dois Planos, não é isso,  
957 **Gizélia**, você confirma? Nós já tivemos alguns espaços de discussão, e considerando o momento atual, a mudança de  
958 Governo, a Secretaria, e aí eu posso falar com mais propriedade porque estou na equipe, preocupada com a continuidade  
959 e sabendo do possível ajuste, fez uma proposta – eu acho que também é a mesma, lógico, utilizada pela Apac para se  
960 basear. Então, não dá para quem chegar desconsiderar tudo! Então, eu pergunto, diante do adiantado da hora.” **Simone**  
961 **Rosa (Secretária Executiva do CRH)**: “Eu acho que sempre é interessante a gente mostrar. A minha única ressalva é que  
962 haja um esvaziamento da reunião e a gente não consiga deliberar! Então assim, feita essa ressalva, não houve uma  
963 alteração substancial. Aos conselheiros que já participam aqui desse fórum há mais tempo, não houve uma alteração  
964 substancial das atividades que foram propostas. Então, a SERH continuou com as suas propostas na linha de manutenção  
965 dos dessalinizadores, na linha de segurança de barragens, nas ações administrativas, mas poderia talvez, projetar só a  
966 tabelinha, não é **Sandra**? A menos que os conselheiros entendam que não é necessário e querem aprovar somente a  
967 Resolução! Eu acho que só a tabela, um quadro-resumo – a gente não vai passar todo o Plano. Então, a gente colocaria o  
968 quadro-resumo só para ter a noção geral – na verdade, são dois: o quadro-resumo da SERH e o quadro-resumo da Apac,  
969 porque são dois Planos de Aplicação – porque 50% (cinquenta por cento) dos recursos vão para a Apac e 50% (cinquenta  
970 por cento) vão para SERH. A gente projeta somente aquela tabelinha de atividades, que eu já falei brevemente. **Gizélia**,  
971 passe só o Quadro de Aplicações para 2023 – é o que interessa! Isso aí, da SERH, o Plano de Investimentos para 2023 –  
972 tem um quadro a seguir, um pouquinho mais detalhado. Este slide, então o que é que foi previsto pela SERH, como Ações  
973 e Projetos para 2023? Então, como já coloquei: a questão de manutenção e implantação de sistemas de dessalinizadores  
974 – eu coloquei até na palestra aqui, que temos 50 (cinquenta) novos dessalinizadores. Então, manutenção e implantação de  
975 sistemas de dessalinização, em que deixamos o maior montante; projeto, recuperação e manutenção de barragens – como  
976 você viram aqui, nós temos grandes demandas também; e deixamos um valor também para a questão de Contratação de  
977 Consultoria Especial de Barragens, visto que muitas vezes a gente precisa de especialistas que tenham esta expertise e  
978 não temos aqui, em nossos quadros de pessoal; e também a parte de Planos de Segurança de Barragens (PSB). Então,  
979 sem ver o quadro, eu já tinha feito um resumo para vocês – basicamente, segurança de barragens e sistemas de  
980 dessalinização. Então, essa foi a proposta da SERH! E aí, pode colocar na tela, esse mesmo quadro da Apac – e aí a  
981 gente vai para o Quadro de Investimentos da Apac, pois eu acho que estes dois quadros resumem bem, para que os  
982 conselheiros tenham a clareza do que é que está sendo aprovado! Então, o que está sendo proposta pela Apac:

983 Fortalecimento Institucional do SIGRH/PE, a questão para a Operação do PISF/PE (Projeto de Integração do São  
984 Francisco); Monitoramento Hidrometeorológico e Gestão de Risco de Desastres Naturais – que é o “carro-chefe” da Apac,  
985 então concentra a maior parte dos recursos; e Apoio ao Desenvolvimento e Gerenciamento do Órgão Executor, que é a  
986 Apac – então esses são os 03 (três) principais Eixos de Ação que a Apac propõe para a Aplicação do FEHIDRO/2023.  
987 Então, eu acho que foi de forma bem resumida, mas deu esse esclarecimento aqui, para que os conselheiros tenham  
988 propriedade para poder votar. Então, eu acho que feito isto, podemos entrar na deliberação – concordam? Então, peço que  
989 se manifestem os conselheiros favoráveis a aprovar – levantem seus crachás para a gente contabilizar os seus votos!  
990 Então, estamos aprovando o Plano de Aplicação de Recursos do FEHIDRO para o ano de 2023. Então, temos 15 (quinze)  
991 votos favoráveis! Alguém vota contrário? Não temos nenhum registro contrário. Algum conselheiro se absteve da  
992 deliberação? Também não! Então, zero abstenções, zero votos desfavoráveis, então **está aprovado o Plano de**  
993 **Aplicação do FEHIDRO!** Então, cumprimos a nossa pauta e temos ainda um item relativo a Outros Assuntos, e o  
994 conselheiro **Waldir** já tinha me pedido inicialmente, que gostaria de apresentar um ponto aqui, em Outros Assuntos, então  
995 vou passar a palavra para o conselheiro **Waldir** e, caso algum outro conselheiro, na sequência de **Waldir**, queira também  
996 dar algum Informe sobre Outros Assuntos, poderá também se manifestar, por favor, **Waldir.** **Waldir Costa (Unieco e**  
997 **CTAS):** “Boa tarde a todos, já que é praticamente de tarde! Eu queria falar, rapidamente, a respeito de uma carta que eu  
998 elaborei, peguei algumas assinaturas de representantes de entidades, para levar à nova governadora eleita, a ser  
999 empossada, mas eu queria antes, justificar essas colocações nessa carta: desde antes da existência deste Conselho, eu  
1000 veio debatendo para que a Secretaria de Recursos Hídricos seja elevada, dentro do Governo, ao nível de Secretaria. No  
1001 Governo de **Arraes**, eu mandei uma carta também subscrita por algumas pessoas, pedindo este pleito nosso, para que  
1002 Recursos Hídricos fosse uma Secretaria. Para a minha surpresa, o Dr. **Miguel Arraes** me chamou no escritório dele e me  
1003 disse: “olhe, eu não vou criar a Secretaria de Recursos Hídricos porque já vieram várias propostas de criação de outras  
1004 Secretarias – como Irrigação, Pesca e outras, mas eu não quero inchar a máquina administrativa. Mas lhe prometo que eu  
1005 darei, no meu governo, a maior atenção possível aos recursos hídricos – essa é a minha intenção!” E de fato, o Governo  
1006 de **Arraes** constituiu o início da gestão de recursos hídricos, porque foi nesse governo que foi criado o Conselho Estadual  
1007 de Recursos Hídricos (CRH); foi criada a primeira Lei de Águas Superficiais, com seus respectivos Decretos; a primeira Lei  
1008 de Águas Subterrâneas, com seus respectivos Decretos; foi criado o primeiro Plano Estadual de Recursos Hídricos  
1009 (PERH/PE) – foi também no Governo de **Arraes**; e ainda uma série de obras de águas superficiais e subterrâneas,  
1010 inclusive, 475 (quatrocentas e setenta e cinco) barragens subterrâneas – que foi o último governo que construiu uma  
1011 barragem subterrânea. Ele também criou o primeiro Comitê de Bacia Hidrográfica (COBH)! Então, foi realmente o início da  
1012 gestão de águas subterrâneas em Pernambuco! Mas não é somente a criação de uma Secretaria de Recursos Hídricos  
1013 que deve ser válida. Tem um princípio da matemática que diz: “condição necessária e suficiente”. No caso, a criação de  
1014 uma Secretaria de Recursos Hídricos é necessária, mas não é suficiente, porque é necessário que o Secretário que  
1015 ocupará este cargo seja um técnico da área de recursos hídricos! Isso aconteceu, justamente, no Governo de **Jarbas**  
1016 **Vasconcelos** – fizemos, também, uma carta para ele, e ele criou a primeira Secretaria de Recursos Hídricos que teve em  
1017 Pernambuco, foi no Governo de **Jarbas**, mas ele colocou como Secretário um Deputado, que nada conhecia de recursos  
1018 hídricos! Resultado: quando ele foi reeleito, extinguiu a Secretaria de Recursos Hídricos, simplesmente, porque não houve  
1019 atuação adequada! Nos governos posteriores, recursos hídricos ficou sempre como uma Secretaria Executiva, dentre  
1020 várias Executivas de uma mesma Secretaria. Por exemplo, neste governo atual, na primeira gestão dele, recursos hídricos  
1021 era uma Secretaria Executiva no meio de mais 07 (sete) Secretarias Executivas – dentro da Secretaria de  
1022 Desenvolvimento Econômico (Sdec)! Mais uma vez, quando estava perto de terminar a primeira gestão – já reeleito o  
1023 Governador **Paulo Câmara**, nós fizemos, novamente, uma carta – com subscrição de várias entidades, e fomos a ele,  
1024 pessoalmente, levados inclusive pelo atual Prefeito do Recife **João Campos** – que à época era Deputado, e ele prometeu  
1025 que iria criar no governo uma Secretaria de Recursos Hídricos – e criou a Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos  
1026 (Seinfra); mais ainda, ele colocou na Secretaria uma técnica da área de recursos hídricos, que é a Dra. **Fernandha**; e mais  
1027 ainda, todos os órgãos subordinados a esta Secretaria, tais como: Secretaria Executiva, Apac, Compesa – todos esses  
1028 foram dirigidos por uma técnica da área de recursos hídricos. Então, por último, agora que mudará o governo, que vai ser  
1029 empossada como governante a ex-Prefeita de Caruaru, eu redigi mais uma vez, esta carta e, como é somente uma página,  
1030 eu vou ler rapidamente – a carta está na tela! Nós endereçamos para **Priscila Krause**, pelo fato de que **Priscila Krause**  
1031 está comandando a Transição do Governo, e por isso eu quero entregar esta carta ainda nessa semana: “os abaixo-  
1032 assinados, que antecipam o total desinteresse por cargos eletivos, porém, preocupados com os problemas alusivos à água  
1033 no Estado de Pernambuco, reconhecidamente o mais pobre de recursos hídricos dentre as demais unidades federativas do  
1034 Brasil, vêm apresentar ao novo governo a ser empossado, algumas sugestões relacionadas à gestão desses recursos. A

gestão dos recursos hídricos deve levar em conta, dentre outros, os seguintes aspectos: Aprovação de dispositivos legais (leis, decretos, resoluções, portarias, etc.); Elaboração de Planos Específicos em todas as Bacias Hidrográficas do Estado; Estudos específicos de águas superficiais e subterrâneas; Revisão e Atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos, conforme disposto na Legislação vigente – é bom lembrar que a Legislação vigente, estabelece que este Plano deve ser renovado a cada 04 (quatro) anos, no entanto esse Plano que foi feito no Governo de **Arraes**, somente neste atual governo é que foi refeito; Execução de obras hídricas para abastecimento d'água de cidades e prevenção contra enchentes; Execução de obras hídricas para abastecimento de pequenas comunidades e do meio rural; Monitoramento contínuo das reservas e qualidade das águas superficiais e subterrâneas; Agilização dos procedimentos de construção e regularização de obras hídricas, especialmente aquelas pontuais, como poços tubulares, de rápida construção; Fiscalização ao consumo de captações hídricas em volume superior ao outorgado, assim como às possíveis contaminações. No sentido de assegurar meios e condições de um pleno e adequado funcionamento dos procedimentos de gestão, queremos apresentar duas propostas: 1ª) Que seja criada uma Secretaria de Recursos Hídricos, como vem funcionando há duas décadas no Estado do Ceará, em função da importância do segmento para o desenvolvimento do Estado; 2ª) Que seja nomeado um(a) Secretário(a), com o perfil técnico da área de recursos hídricos. Agradecendo a atenção que venha a ser dada a esse novo pedido, subscrevemo-nos atenciosamente. Então, além do meu nome, que escrevi a carta, há vários outros nomes de entidades. Essa carta não está colocada em discussão e nem aprovação – é apenas uma apresentação para este Conselho, para mostrar que nós estamos atentos a essa questão e estamos muito satisfeitos, que a gestão atual de recursos hídricos tivesse sido plenamente consagrada – como vimos através dos Relatórios, tanto da Apac como da SERH. Estamos muito felizes e que, ao contrário, de outros anos, onde recursos hídricos ficou muito abaixo da expectativa, neste ano tivemos, realmente, uma gestão adequada. E espero que a nova Governadora venha a repetir esta criação da Secretaria e também adotar uma pessoa técnica da área!” **Cássia Araújo (da SDA e Coordenadora da CTAS)**: “Somente para comunicar ao professor que essa carta dele obteve mais uma adesão que foi da ANE (Associação Águas do Nordeste), que entrou aqui nessa relação e **Alexandre Ramos** já assinou – para a gente colocar a identificação, Presidente da ANE – era isso, somente.” **Waldir Costa (Unieco e CTAS)**: “Eu agradeço a essa adesão, inclusive, se alguém mais, de alguma outra entidade, quiser apoiar esta nossa carta, nós agradecemos!” **Simone Rosa (Secretária Executiva do CRH)**: “Muito obrigada, professor **Waldir**! Eu queria informar, por ser pertinente ao que o professor **Waldir** colocou, até porque ele falou “da importância de ter técnicos à frente”, e a gente está encerrando aqui um ciclo, que a equipe da SERH nos demos ao trabalho de deixar relatórios – fizemos um relatório maior, que tem quase 70 (setenta) páginas, que é o Relatório de Gestão 2019-2022, que foi encaminhado, via Sistema SEI, ao Gabinete da Secretária **Fernandha** e copiada para a Equipe de Transição, às pessoas que fazem parte do governo. Então, ele tem um corpo todo com, basicamente isso, e mais um pouco do que eu apresentei aqui. E a gente também sentiu a necessidade de colocar alguns relatórios específicos, então a gente colocou na apresentação, citando que têm relatórios anexos, então tem um relatório sobre o SISAR (Sistema Integrado de Saneamento Rural); tem um relatório específico sobre o Controle de Cheias do Capibaribe – porque eu senti muita falta disso quando eu passei este inverno de 2022 e eu pensei: se eu tivesse um relato do que aconteceu anteriormente, mas graças a Deus, eu confiava com meu amigo **Clenio**, que somos colegas de longa data – apesar dele ter sido meu aluno, de dizer: “não **Simone**, porque no ano tal, teve uma chuva de tantos milímetros, e aí Carpina subiu tanto, em tantas horas, tantos dias! Então, isso fez muita falta. Então, a gente fez um relatório – **Clenio**, eu sei que isso é surpresa para você, eu vou encaminhar também para Apac: um, sobre o Controle de Cheias do Capibaribe e fizemos outro, sobre a Barragem de Serro Azul – com todas as suas particularidades, deixando tudo registrado, dos serviços que foram feitos; sobre o Saneamento Rural; tem um relatório específico sobre Convênios; e tem um relatório específico sobre os Reservatórios da Mata Sul – explicando esses Convênios de Gatos, de Panelas, com todas as exigências que foram feitas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) – as Cláusulas Suspensivas e todo o Processo Licitatório, que infelizmente não tivemos sucesso, apesar de tê-lo repetido! Então, está documentado, devidamente identificado com a equipe técnica, temos os arquivos em PDF e, eu peço que conste em Ata também porque, caso os conselheiros queiram ter acesso a este documento, inclusive, vou consultar a Secretária se a gente poderia enviar esse relatório que, por enquanto, é para consumo interno, mas se caso isso seja liberado – na minha opinião pessoal, não vejo nenhum problema que isso seja tornado público, mas vou consultar, e caso haja autorização, então a gente poderá sim, remeter aos conselheiros, porque eu acho que também não adianta a gente fazer todo esse material – gastou um tempo, uma energia, e isso ficar guardado na gaveta! E eu acho que esse é o fórum mais adequado, porque aí contempla: ah, e isso aqui; ah, e o SISAR; ah, e a Operação do Capibaribe – aí os técnicos podem ler e podem, depois, ter sugestões, enfim, porque esse Conselho, esse fórum, ele prossegue!” **Waldir Costa (Unieco e CTAS)**: “Eu queria, por último, apresentar um fato: eu citei numa reunião, aliás, numa Mesa Redonda que aconteceu no mês passado, lá em Caruaru,

1087 num evento do SILUSBA (Simpósio Luso-Brasileiro), em que eu disse o seguinte: na gestão atual foram muito bem  
1088 contempladas as mulheres técnicas: a Secretária de Infraestrutura e Recursos Hídricos é uma mulher; a Secretária  
1089 específica de Recursos Hídricos é uma mulher; a Presidente da Apac é uma mulher; a Presidente da Compesa é uma  
1090 mulher – então só faltava o Governador ser uma mulher, mas agora não falta mais nada, pois o Governador será uma  
1091 mulher; e a água é feminina! Então, eu quero parabenizar, por último, as mulheres que desempenharam tão bem as suas  
1092 funções, como técnicas nessa gestão atual do governo! Muito obrigado!” **Simone Rosa (Secretária Executiva do CRH):**  
1093 “Então, não havendo mais manifestações, fica a nossa mensagem de Boas Festas dos conselheiros: “Que as realizações  
1094 alcançadas nestes quatro anos de muito trabalho e dedicação sejam sementes plantadas que serão colhidas com maior  
1095 sucesso nos próximos ciclos que estão por vir.” Então, Boas Festas a todos! E que sigam nessa profícua missão, aqui no  
1096 Conselho. Boa tarde a todos!”

1097

**SIMONE ROSA DA SILVA**  
**Secretária Executiva do CRH**